



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

PPCTM

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

SUBSEQUENTE

CAMPUS VIDEIRA

VIDEIRA – SANTA CATARINA
BRASIL

Versão
OUTUBRO / 2016

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUZA DE OLIVEIRA

PRÓ-REITORA DE ENSINO

ROSANGELA AGUIAR ADAM

DIRETORA-GERAL

RAUL EDUARDO FERNANDEZ SALES

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

ANDRESSA FERNANDA CAMPOS

COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

COMISSÃO DA 1ª REVISÃO

Alan Schreiner Padilha
Allan Charles Mendes de Sousa
Andressa Fernanda Campos
Gilson Ribeiro Nachtigall
Isabela Fonseca
Josy Alvarenga Carvalho Gardin
Lizete Camara Hubler
Loriane Vicelli
Raul Eduardo Fernandez Sales
Ricardo de Araújo
Sandra Cristina Martini Rostirola
Vera Regina Mazureck

NÚCLEO TÉCNICO

Antoninho Baldissera
Georgete Ferronato
Loriane Vicelli
Sandra Cristina Martini Rostirola
Vera Regina Mazureck

Versão

OUTUBRO / 2016

FOLHA DE REVISÃO

Revisão	Data	Responsável	Status
1	07/10/2016	Andressa Fernanda Campos	Edição
2	20/12/2016	Andressa Fernanda Campos	Revisão

Sumário

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
2.	APRESENTAÇÃO DO IFC	9
2.1.	Missão Institucional	10
2.2.	Visão Institucional	10
2.3.	Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense.....	10
2.4.	Breve Histórico Institucional / IFC – Campus Videira.....	10
3.	PERFIL DO CURSO	12
3.1.	Justificativa	12
3.2.	Localização	14
4.	OBJETIVOS DO CURSO.....	15
4.1.	Geral	15
4.2.	Específicos	16
5.	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO	17
6.	RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA	22
7.	INTERDISCIPLINARIDADE	22
8.	TRANSVERSALIDADE E TEMAS TRANSVERSAIS	23
9.	PERFIL DO EGRESSO	24
10.	CAMPO DE ATUAÇÃO.....	28
11.	PRÉ-REQUISITOS PARA INGRESSO AO CURSO.....	30
12.	FORMA DE INGRESSO AO CURSO	30
13.	ACESSO E APOIO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	30
14.	MATRIZ CURRICULAR.....	31
15.	AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO, CONTROLE DE FREQUÊNCIA.....	32
15.1.	Objetivos da avaliação	32
15.2.	Instrumentos e critérios de avaliação.....	32
15.3.	Da aprovação e reprovação.....	33
15.4.	Avaliação em segunda chamada	33
15.5.	Estudos de recuperação da aprendizagem e reavaliação	34
15.6.	Revisão de Avaliações	34
15.7.	Exercícios Domiciliares.....	35
15.8.	Da reoferta de disciplinas	35
15.9.	Atividades Não Presenciais	35

15.10. Certificação de conhecimentos obtidos em processos formativos não-formais e aproveitamento de estudos	36
15.11. Período letivo e duração de aula	37
15.12. Controle de frequência.....	37
16. VERIFICAÇÃO DOS PLANOS DE ENSINO.....	37
17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	38
18. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)	38
19. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO	38
20. ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	38
21. PESQUISA E EXTENSÃO.....	38
21.2 Ações de Pesquisa.....	38
21.3 Ações de Extensão	39
22. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	39
22.1 Monitoria e Grupos de Estudos	39
22.2 Cursos Extracurriculares.....	40
22.3 Outras Atividades Técnicas	40
22.4 Outras Atividades.....	40
23. EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	40
24. DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	40
25. DESCRIÇÃO DA EQUIPE DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.....	40
26. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	40
27. INSTALAÇÕES E RECURSOS PEDAGÓGICOS	41
28. DIPLOMAS E CERTIFICADOS	41
29. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
Apêndice I: Matriz Curricular	48
Apêndice II: Quadro de Professores do Curso.....	50
Apêndice III: Quadro de Técnicos Administrativos.....	56
Apêndice IV: Ementas dos Componentes Curriculares 2017	63
Apêndice VI: Regulamento do Estágio Curricular	100
Operacionalização do Estágio	101
Sistema de Avaliação do Estágio Curricular	102

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso	Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio
----------------------	---

Coordenador do Curso	<ul style="list-style-type: none">• ANDRESSA FERNANDA CAMPOS (Coordenadora do Curso CEPTENM do Núcleo Técnico) CPF: 333.727.558-39 Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva 40 horas andressa.campos@ifc-videira.edu.br Telefone: (49) 3533-4931 / 3533-4930
----------------------	--

Núcleo Docente Básico (NDB)	<ul style="list-style-type: none">• Andressa Fernanda Campos, Doutora em Zootecnia, CPF 333.727.558-39, com Dedicação Exclusiva. Ramal: 4930. E-mail: andressa.campos@ifc-videira.edu.br• Allan Charles Mendes de Sousa, Doutor em Engenharia Agrícola, CPF: 019.961.403-29, com Dedicação Exclusiva. Ramal: 4931. E-mail: allan.sousa@ifc-videira.edu.br• Josy Alvarenga Carvalho Gardin, Mestre em Administração, CPF: 052.219.616-01, com Dedicação Exclusiva. Ramal: 4931. E-mail: josy.gardin@ifc-videira.edu.br• Ricardo de Araújo, Doutor em Agronomia, CPF 635.473.849-15, com Dedicação Exclusiva. Ramal: 4931 E-mail: ricardo.araujo@ifc-videira.edu.br• Vera Regina Mazureck, Mestre em Educação, CPF 370.147.300-53, Pedagoga/Supervisora Educacional. Ramal: 4939. E-mail: vera@ifc-videira.edu.br
-----------------------------	---

Modalidade	PRESENCIAL
------------	------------

Grau	SUBSEQUENTE
------	-------------

Titulação	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
-----------	-------------------------

Legislação	<ul style="list-style-type: none">• Plano de Desenvolvimento Institucional (2014)• Projeto Político-Pedagógico Institucional (2014)• Documento Base Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio (2007).• Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2011)• Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012)• Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Técnico de Nível Médio (2012)• Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2014)• Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).• Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.• Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. • Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. • Resolução CNE/CES nº 35, de 5 de novembro de 2003: Aprova Projeto de Resolução que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio. • Resolução CNE/CEB nº 01, de 21 de janeiro de 2004: Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. • Cartilha do Técnico Agrícola Catarinense • Resolução Ad Ref. nº 036/CONSUPER/17/12/2010 • Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012. • Resolução nº 084 de 30 de outubro de 2014 - CONSUPER/IFC • Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012.
--	--

Eixo Tecnológico	RECURSOS NATURAIS
------------------	--------------------------

Local de Oferta	<p>CNPJ: 10.635.424 / 0007-71 Razão Social: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CAMPUS VIDEIRA. Esfera Administrativa: Federal Endereço: Rodovia SC 135, km 125, S/No, Bairro Campo Experimental, CEP: 89560-000 – Videira, SC, Brasil. Telefone/Fax: (49) 3533-4900 E-mail de contato: campusvideira@ifc.edu.br Site da Unidade: http://www.videira.ifc.edu.br</p>
-----------------	--

Turno	MATUTINO
-------	-----------------

Número de Vagas	40
-----------------	-----------

Carga Horária do Curso	1650 horas, sendo 180h de Estágio Supervisionado Obrigatório
------------------------	---

Periodicidade	SEMESTRAL
---------------	------------------

Períodos	O prazo limite para conclusão do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente é de, no mínimo, 02 (dois) anos.
----------	--

2. APRESENTAÇÃO DO IFC

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, são instituições de educação profissional e tecnológica que visam responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presentes em todos os estados da federação, os Institutos Federais resultam da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, oferecem formação inicial e continuada, cursos de nível médio nas formas integrado, subsequente e concomitante, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.

O Instituto Federal Catarinense oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008) sejam alcançados, faz-se necessária a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Político Institucional), com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio, com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa do curso. Vale ressaltar que, devido à importância do PPC, o mesmo deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado.

2.1. Missão Institucional

Ofertar uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural do indivíduo e da sociedade que ele constitui.

2.2. Visão Institucional

Ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada.

2.3. Gênese e Identidade do Instituto Federal Catarinense

O Instituto Federal Catarinense, com sede em Blumenau/SC, criado pela Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), possui atualmente quinze Campus instalados no Estado de Santa Catarina, a saber: Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, São Bento do Sul, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além da Reitoria situada em Blumenau.

De acordo com a Lei, o Instituto Federal é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Essa Instituição abrange todo o território catarinense, o que contribui para posicionar a nova estrutura do Instituto Federal Catarinense numa Instituição de desenvolvimento estadual e, seus Campi, em elos de desenvolvimento regional, garantindo-lhe a manutenção da respeitabilidade, junto às comunidades onde se inserem suas antigas instituições, cuja credibilidade foi construída ao longo de sua história.

No âmbito da gestão institucional, o Instituto Federal Catarinense busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade. Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumenta significativamente a inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade.

2.4. Breve Histórico Institucional / IFC – Campus Videira

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC Campus Videira está situado no município de Videira - SC, no Vale do Rio do Peixe, distante 450 km da capital Florianópolis. Tem uma área de 377,85 km² e faz limite

com os municípios de Caçador e Rio das Antas, ao norte; Pinheiro Preto, ao sul; Fraiburgo e Tangará, a leste; e Arroio Trinta e Iomerê, a oeste.

O município encontra-se na zona agroecológica do Vale do Rio do Peixe, com clima subtropical, segundo classificação de Koppen, apresentando temperatura moderada, chuva bem distribuída e verão brando. Podem ocorrer geadas, tanto no inverno como no outono. As temperaturas médias são inferiores a 20°C, exceto no verão. No inverno a média é inferior a 14°C, com mínimas inferiores a 8°C. Classificação de Koppen é sistema de classificação climática global mais utilizada em geografia, climatologia e ecologia.

O acesso terrestre pode ser feito pela SC-135 e o aéreo através do Aeroporto Municipal Prefeito Ângelo Ponzoni.

Em 2014, segundo dados do IBGE, o município de Videira apresentou população de 50926 habitantes.

No setor primário, sobressai-se a fruticultura, com ênfase na cultura do pêssego, ameixa e uvas; na pecuária, destacam-se a criação de suínos, aves e bovinos de leite; e no comércio e indústria, as cantinas de vinho, indústrias em geral e agroindústria. Destaca-se, ainda, a empresa Brasil Foods (antiga Perdigão S.A.), um dos maiores frigoríficos da América Latina, absorvendo a maior parte da produção de aves e suínos do município e da região, e gerando milhares de empregos.

Devido à sua topografia acidentada, característica peculiar da região, Videira possui muitos atrativos naturais como rios, cachoeiras e áreas verdes. Em 1965 foi criada, por Lei municipal, a reserva florestal Parque da Uva, em uma área de 70.000 m² com bosques e áreas de lazer, composta por rica diversidade de plantas nativas.

O IFC Campus Videira iniciou suas atividades em março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia e funcionou, até o início de 2010, no prédio da Escola Criança do Futuro – CAIC, espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Videira. Neste local foram disponibilizadas duas salas de aula, onde funcionavam a secretaria e diretoria escolar, e os laboratórios de informática e de química. Neste mesmo período, teve início a primeira turma do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, constituída por trinta e cinco estudantes. Contava com um coordenador, uma secretária e uma equipe de cinco professores. Em 2007 iniciou-se a segunda turma e ocorreu a contratação de novos professores. Para estas duas primeiras turmas, as aulas eram ministradas nos períodos matutino e vespertino e, em junho de 2008, realizou-se a formatura da primeira turma.

Ainda em 2008, emendas parlamentares possibilitaram a aquisição de equipamentos e o início das obras do Campus, no local onde anteriormente estava instalado o Horto Municipal da Prefeitura de Videira e, mediante realização de Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Videira, realizada em 04 de abril daquele mesmo ano, foi sugerido que o Campus ofertaria cursos nas seguintes áreas de conhecimento: agropecuária, embalagens, indústria e licenciaturas.

Todos estes esforços conjuntos, que envolveram a comunidade junto com lideranças locais, foram culminados com a Lei 11.892/2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC, do qual o Campus de Videira faz parte (BRASIL, 2008).

Em 2009 foi realizado concurso público para a contratação de professores e técnicos administrativos. Também foi realizado o primeiro processo seletivo para a entrada de estudantes nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática para o Campus Videira, e nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho para o Campus Avançado de Luzerna, atualmente denominado Campus Luzerna.

Em 2010, o IFC Campus Videira foi desmembrado dos seus Campis Avançados (Luzerna e Fraiburgo) e, neste momento, conta com uma estrutura física composta por sete prédios, onde serão abrigadas 22 salas de aula, bloco administrativo, cinco laboratórios, biblioteca, cantina, auditório e ginásio de esportes. Atualmente, possui uma equipe formada por professores, pedagogos, psicólogo, intérprete de libras e técnicos administrativos. O campus oferece os cursos técnicos integrados ao Ensino médio em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática; cursos técnicos subsequentes em Eletrônica, Eletrotécnica, Informática e Segurança do Trabalho; cursos de graduação em Ciências da Computação, Engenharia Elétrica e Pedagogia, além dos cursos de pós-graduação em Desenvolvimento Web, Desenvolvimento Rural e Agronegócio e Educação.

3. PERFIL DO CURSO

3.1. Justificativa

A formação de pessoal capacitado em nível técnico está voltando ao centro do debate político, pois se trata de uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento humano e econômico de uma determinada região e do país como um todo.

O desenvolvimento regional, dada à conjuntura atual de competitividade, depende cada vez mais da formação técnica da sua população, já que, contemporaneamente, é o conhecimento que permite otimizar a produção mediante agregação de valor.

As desigualdades regionais e intra-regionais estão presentes em diversos espaços do território brasileiro. A busca de novas alternativas econômicas e sociais, visando superar as desigualdades, está vinculada à formação e apropriação do conhecimento no processo produtivo, recompondo a condição social, política e cultural. A formação técnica possibilita este alcance de transformação social.

A busca de superação dos limites colocados pelo modelo econômico e a consequente superação das desvantagens comparativas regionais, mormente nos aspectos de estrutura fundiária, com predominância de minifúndios com relevo acidentado, impõe a necessidade de qualificação das novas gerações, através do investimento no capital humano.

Segundo dados do IBGE (2014), o município de Videira possui 50926 habitantes, é um polo regional na produção agroindustrial de carnes (suínos e aves) e fruticultura, com poder de influência sobre uma dezena de pequenos municípios. Apesar do intenso desenvolvimento nestas áreas, a sustentabilidade do modelo está ameaçada pela crescente migração campo-cidade, indisponibilidade de mão de obra qualificada, por falta de pesquisas aplicadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e políticas públicas de formação técnica com foco no empreendedorismo.

Este conjunto de problemas está sendo minimizado com a implantação do curso Técnico em Agropecuária, que inicialmente estava vinculado a Escola Federal Agrotécnica de Concórdia. Em função das demandas regionais explicitadas, a Prefeitura Municipal de Videira, Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, Governo Federal, Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, Cooperativa Agropecuária Videirense - COOPERVIL, Perdigão S/A, Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Videira - ACIAV -, Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outros, juntaram-se para viabilizar a implantação deste curso com intuito de fortalecer a qualificação técnica da região, com vistas a construir alternativas que deem suporte ao processo de desenvolvimento local.

O Curso Técnico Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio no município de Videira contribui para qualificação de profissionais da área e fomenta o desenvolvimento local já que Videira possui potencial regional relevante ao

desenvolvimento da economia do Estado. Assim, o ensino técnico em agropecuária no município contribuirá para alavancar novos e mais eficientes processos produtivos.

3.2. Localização

Na Figura 1 apresenta-se o mapa do município de Videira e em seguida são descritas algumas características geográficas de Videira.



Figura 1. Videira e suas Fronteiras - Fonte: <http://maps.google.com.br>

Data de fundação: 1º de março de 1944.

Datas comemorativas: Aniversário do município: 01 de março. Dia da padroeira do município: 08 de dezembro - Imaculada Conceição.

Principais atividades econômicas: Cerca de 75% do movimento econômico do município decorre da criação e abate de aves e de suínos. A fruticultura, o fumo e o gado leiteiro também são destaque, juntamente com os grãos.

Colonização: Italiana e alemã.

Distância da Cidade de Videira à outras Cidades

Cidade	Km
Florianópolis	450
Curitiba	303
Porto Alegre	580
Fraiburgo	23
Treze Tílias	55

Caçador	40
Joaçaba	60

No contexto de uma cidade e região cuja base econômica é a Agricultura e a Pecuária, este curso justifica-se pela necessidade de profissionais da área Agropecuária a fim de que estes possam solidificar e abrir novos horizontes neste mercado de grande potencial, seja para trabalhar nas empresas da região ou mesmo para iniciar ou aprimorar atividades nas propriedades de Agricultura Familiar.

O número de matrículas em cursos técnicos na área nas instituições de ensino profissional tem se mantido quase inalterado em números absolutos e é decrescente em números relativos, segundo dados da educação profissional dos Censos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2003-2005 – dados disponíveis em <http://www.inep.gov.br>).

A evolução tecnológica e as transformações sociais e econômicas exigem que as Escolas reformulem o seu papel como Centro de Formação Profissional de forma a atender as essas demandas do mundo do trabalho. Em contrapartida, também é crescente a visão de que a formação profissional não pode acontecer de forma dissociada da formação global do ser humano, enquanto sujeito social, político e individual, que exerce papel fundamental na evolução da sociedade da qual faz parte. Por isso, o Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio propõe-se ao desenvolvimento integral do educando no sentido de formar um cidadão apto a participar da sociedade entendendo o trabalho como princípio educativo.

Assim, o evidente crescimento da área de Agropecuária exige a qualificação das pessoas em todos os níveis, reforçando a iniciativa da Escola em formar profissionais empreendedores, capazes de atender às expectativas do setor em nível local e regional, buscando, acima de tudo, uma formação completa e abrangente para atuar de forma positiva na sociedade.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1. Geral

Promover ao estudante do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-

tecnológicos, sócio-históricos e culturais dentro de uma perspectiva empreendedora, inserida na realidade social, cultural e ambiental.

4.2. Específicos

- Formar profissionais habilitados em produção vegetal (fruticultura, horticultura, silvicultura e culturas anuais) e paisagismo, capazes de atender a demanda regional;
- Habilitar profissionais na área de produção animal (suinocultura, avicultura, apicultura, piscicultura, bovinocultura) capazes de atender a demanda da Região;
- Formar profissionais com noções no processamento de produtos de origem vegetal e animal, capazes de atender a demanda crescente da região no que se refere à transformação da matéria-prima do setor primário;
- Capacitar os estudantes para realizar a análise e o diagnóstico da unidade de produção, bem como elaborar e avaliar projetos agropecuários e agroindustriais.
- Contribuir para o desenvolvimento e agregação de valor da produção vegetal e animal na Região, através da inclusão, no mercado, de profissionais capazes de transformar a realidade regional de maneira autônoma e empreendedora;
- Fornecer conhecimento técnico para otimizar os meios de produção, de forma a reduzir custos e aumentar a competitividade da atividade produtiva;
- Capacitar os estudantes para a elaboração projetos de diversificação da produção, com culturas adaptadas às condições edafoclimáticas da região, viabilizando, de forma sustentável, a propriedade rural;
- Oferecer aos futuros profissionais os conhecimentos tecnológicos necessários para a melhoria de qualidade e desenvolvimento de novos produtos e de novas tecnologias;
- Preparar o profissional para atuar com responsabilidade social e ambiental.
- Capacitar os estudantes para manutenção e regulação de máquinas e implementos agropecuários, como também, noções gerais de pequenas instalações e benfeitorias.
- Colocar à disposição da sociedade um cidadão/profissional apto ao exercício de suas funções e consciente de suas responsabilidades, bem como de seus direitos.

5. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

A educação formal desenvolvida em ambientes escolares apresenta no Brasil uma herança dual, ou seja, ensino propedêutico voltado às elites dirigentes e educação profissional voltada aos trabalhadores. Os currículos apresentam a tradição de atender especificamente as atividades profissionais a serem desenvolvidas na sociedade capitalista segmentada em classes sociais.

Com a Lei nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961), a dualidade estrutural é realidade que sofre alterações a partir de mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, em decorrência do desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário, conduzem ao reconhecimento da legitimidade de outros saberes, que não só de cunho acadêmico, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo.

A situação agrava-se com Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) que pretendeu substituir a dualidade pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no Ensino Médio; dessa forma, todos os filhos da classe média e baixa teriam uma única trajetória. A reforma do governo militar propôs um ajuste à nova etapa de desenvolvimento, marcada pela intensificação da internacionalização do capital e pela superação da substituição de importações pela hegemonia do capital financeiro. É o “tempo do milagre”: ingresso do Brasil para o bloco do Primeiro Mundo. O desenvolvimento industrial e das cadeias produtivas precisavam de força de trabalho qualificada.

Segundo Kuenzer (2007), a dualidade estrutural não pode ser resolvida no âmbito do projeto político-pedagógico escolar, mesmo porque é originada da dualidade estrutural das classes.

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico da formação profissional para atender às demandas desse tipo de organização taylorista-fordista deriva-se de uma determinada concepção de qualificação profissional que a concebe como resultado de um processo individual de aprendizagem de formas de fazer, definidas pela necessidade da ocupação a ser exercida, complementada com o desenvolvimento de habilidades psicofísicas demandadas pelo posto de trabalho.

Nessa concepção, o desenvolvimento das competências intelectuais superiores e o domínio do conhecimento científico-tecnológico não eram necessários para os trabalhadores. A pedagogia do trabalho taylorista-fordista priorizou treinamento para a

ocupação e muita experiência, cuja combinação resultava em destreza e rapidez, como resultado de repetição e memorização de tarefas bem-definidas, de reduzida complexidade e estáveis.

O mundo do trabalho no sistema capitalista exige um trabalhador de novo tipo, capacitada em todos os setores da economia, com saberes intelectuais que lhe permitam adaptar-se a produção flexível. Capacidades que merecem destaque: domínio dos códigos e linguagens, autonomia intelectual para resolver problemas práticos utilizando o conhecimento científico, buscando aperfeiçoar-se continuamente; autonomia moral, através de novas situações que exigem posicionamento ético, finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido de forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica e da criatividade. Já não se entende possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral.

A qualificação profissional requer conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitiam ao cidadão-produtor, chegar ao domínio intelectual e do técnico e das formas de organização social para ser capaz de criar soluções originais para problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento. É preciso outro tipo de pedagogia, determinada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas. Habilidades: saber lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade.

São duas as novas determinações do mundo social e produtivo que colocam dois novos desafios para o ensino médio:

- Democratização;
- Formulação de outra concepção, que articule as formações: científica e sócio histórica à formação tecnológica.

Não é o âmbito pedagógico que vai solucionar essa dificuldade do ensino médio porque a realidade que existe é de uma sociedade dividida na qual crescem exclusões na mesma proporção que diminuem os recursos públicos que permitiriam a formulação de políticas projetos necessários à garantia dos direitos mínimos da cidadania. É uma solução ideológica porque desconsidera a realidade brasileira, com sua carga de especificidades e desigualdades regionais decorrentes de um modelo de desenvolvimento desequilibrado, que reproduz internamente as mesmas desigualdades e desequilíbrios que ocorrem entre outros países, no âmbito da internacionalização do capital.

O acesso ao nível superior de qualidade, e em particular nos cursos nobres, que exigem tempo integral, escolaridade anterior de excelência, e financiamento técnico, bibliográfico, além de recursos complementares à formação, é reservado àqueles de renda mais alta, ressalvadas algumas exceções que continuam servindo à confirmação da tese da meritocracia.

A realidade atual é um mundo do trabalho reestruturado, no âmbito da globalização da economia, que restringe cada vez mais o número de postos e cria, ou recria, na informalidade, um sem número de ocupações precárias que, embora sirvam à sobrevivência, longe estão de permitir um mínimo de dignidade e cidadania.

O artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996 (BRASIL, 1996) requer não apenas ao Ensino Médio, mas para todos os níveis, o desenvolvimento da capacidade de usar conhecimentos científicos de todas as áreas para resolver situações que a prática social e produtiva apresenta ao homem cotidianamente. No atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, apenas o conhecimento prático e o bom senso, embora continuem sendo importantes, não são suficientes para enfrentar os desafios postos por um modelo de desenvolvimento que cada vez mais usa a ciência como força produtiva, para o bem e para o mal, ao mesmo tempo melhorando e destruindo a qualidade de vida, individual e social.

Para os que vivem do trabalho, a aprendizagem de conhecimentos e habilidades, instrumentais e cognitivas, imediatamente vinculadas ao exercício de atividades produtivas, é condição não só de existência, mas também da própria permanência no mercado de trabalho atual.

A efetiva democratização de um Ensino que, ao mesmo tempo, prepare para a inserção no mundo do trabalho e para a cidadania, complementando nos níveis subsequentes por formação profissional científico-tecnológica e sócio-histórica, tal como proposto nas finalidades expressas na legislação, exige condições materiais que não são dadas para o caso brasileiro.

O papel da escola pública precisa ser atendido. É a construção de uma proposta pedagógica que propicie condições de aprendizagem variadas e significativas aos seus estudantes, de modo geral pauperizados economicamente, e, em consequência, pauperizados cultural e socialmente.

A escola de ensino pública será democrática quando o projeto político pedagógico propiciar as necessárias mediações para que todos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida, suas necessidades com relação à participação na produção científica, tecnológica e cultural.

A escola pública de qualidade é a única alternativa de apropriação do conhecimento, tendo em vista cada vez mais a difícil construção da dignidade humana, finalidade máxima a orientar a elaboração do projeto político pedagógico. O aluno pode preferir mecânica à arte, porque essa é a realidade do trabalho que conhece e exerce precocemente como estratégia de sobrevivência; outro pode preferir ciências da terra às ciências exatas, porque suas experiências de classe não lhe propiciaram o desenvolvimento do raciocínio lógico.

É a escola, portanto, que lhe propiciará oportunidades de estabelecer relações com os distintos campos do conhecimento, de modo a exercer o seu direito à escolhas, e ao mesmo tempo superar suas dificuldades em face de suas experiências anteriores.

Para os que vivem do trabalho, a escola será um espaço privilegiado para o estabelecimento de relações significativas com as áreas do conhecimento de modo a preparar o aluno para assumir-se também como sujeito de sua história e da história da humanidade, compreendendo o papel revolucionário da ciência para a destruição das condições geradoras de exclusão, as quais, frutos das práxis humanas, só através dela serão superadas.

O eixo do currículo deverá ser o trabalho compreendido como práxis humana e como práxis produtiva, a partir do qual não há dissociação entre educação geral e formação para o trabalho. Toda a educação e educação para o trabalho não se confundirá com educação profissional *stricto sensu*. Assim, a formação profissional está presente na base nacional comum e não se confunde com a parte diversificada, que também atenderá a ambas as finalidades (KUENZER, 2007).

Esse eixo, contudo, exige recortes, para que não se caia na ilusão de um sistema científico único que articule todos os saberes, ou se permaneça na lógica que historicamente reproduziu a concepção positivista com sua fragmentação, cristalizada em disciplinas estanques. Esses recortes, observado estatuto epistemológico e histórico de cada ciência, deverão tomar como eixo organizador do currículo as diferentes práticas sociais e produtivas selecionadas a partir das características e demandas da clientela e da região, tendo em vista as finalidades de democratização do conhecimento para a construção da cidadania.

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico taylorista-fordista, ainda dominante em nossas escolas, deu origem às tendências pedagógicas conservadoras em suas distintas manifestações, que sempre se fundaram na divisão entre pensamento e ação, a partir do que se distribuía diferentemente o conhecimento. O que era estratégico para a classe dominante, que mantinha o monopólio do saber

científico, não podia ser democratizado, de modo que o acesso aos níveis superiores de ensino sempre foi controlado, com a interveniência do Estado, que mantinha a oferta de ensino gratuito nos limites das demandas do capital, através de um sistema educacional que se responsabilize pela seletividade.

Essa pedagogia foi dando origem a projetos político-pedagógicos ora centrados nos conteúdos, ora nas atividades, sem nunca propiciar relações entre o aluno e o conhecimento que integrassem efetivamente conteúdo e método, ou mesmo se constituíssem em mediações significativas que pudessem se constituir em aprendizagens. Dessa forma, não chegavam a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas para a maioria do alunado, que iria complementar sua educação para o trabalho em cursos específicos, treinamento ou através da prática no próprio trabalho. Relações significativas entre o aluno e a ciência só iriam ocorrer nos cursos superiores, para poucos que demonstrassem “mérito”.

Em decorrência de sua desvinculação da prática social e produtiva, a seleção dos conteúdos sempre obedeceu a critérios formais fundados na lógica positivista, em que cada objeto do conhecimento origina uma especialidade que desenvolve seu próprio quadro conceitual e se automatiza dos outros objetos da prática que o gerou. Concebidos dessa forma, os diferentes ramos da ciência deram origem a propostas curriculares em que as disciplinas são rigidamente organizadas e sequenciadas segundo sua própria lógica. Os conteúdos, assim organizados, são repetido de forma linear e fragmentada, predominantemente por meio do método expositivo combinado com a realização de atividades que vão da cópia de parcelas de texto à resposta de questões, em que mais importa cumprir a tarefa, tanto para o aluno, quanto para o professor, do que estabelecer profícua relação com o conhecimento.

Os alunos precisam compreender os laços que envolvem a dominação hegemônica, bem como os meios e estratégias que utilizam para desenvolver um comando que aprofunde as diferenças sociais e aos poucos, atuar de maneira que transformem esta realidade. Uma formação sem dualidade de ensino e de condições de aprendizagem, integrado à vida social do sujeito, levando em consideração suas necessidades e possibilidades.

Assim, o Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio precisa trabalhar os conhecimentos básicos inerentes às atividades do técnico em Agropecuária, conhecer as estruturas e aplicações que giram no entorno, estabelecendo relações de modo que se possa desenvolver nos estudantes o espírito crítico para as questões que se apresentam no mundo do trabalho e na sociedade atual, para que

tenham condições de integrar-se efetivamente na profissão e na vida, posicionando-se de maneira crítica e emancipatória com relação às injustiças sociais e às ambiguidades profundas existentes entre as classes sociais, entre os dominantes e os dominados.

6. RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Ensino Técnico Subsequente é uma etapa da educação que busca a garantia e a consolidação das aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e práticas de trabalho bem como atuação social.

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio do IFC – Campus Videira procura contribuir na preparação dos estudantes para a cidadania, promovendo o aprimoramento dos valores humanos, das relações pessoais e comunitárias e principalmente da formação profissional de qualidade.

Neste sentido, dentre todas as atividades proporcionadas aos estudantes neste curso, existe a preocupação pela busca constante e efetiva da relação entre teoria e prática, possibilitando o contato, observação e vivência de diversas áreas de conhecimento dentro das particularidades do curso.

Sendo assim, no Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio, a relação teoria e prática dar-se-á através de atividades práticas em laboratórios específicos da área, visitas técnicas, palestras de formação, projetos interdisciplinares, feiras de iniciação científica e extensão, dentre outras práticas e atividades relacionadas ao curso.

7. INTERDISCIPLINARIDADE

No Brasil, o conceito de interdisciplinaridade passou a fazer parte do cenário educacional do país, a partir da [LDB nº 5.692/1971](#) (BRASIL, 1971) e mais fortemente com a nova [LDB nº 9.394/1996](#) (BRASIL, 1996) e a partir dos [Parâmetros Curriculares Nacionais](#) (PCNs), influenciando o trabalho das escolas e dos professores para compreender o processo de ensino e aprendizagem como sistêmico e não como uma abordagem ou leitura estanque de conceitos e teorias.

Neste sentido, a interdisciplinaridade oferece uma perspectiva diferente diante do conhecimento, uma mudança de atitude em busca do contexto do conhecimento e do ser como pessoa integral. Visa, principalmente, garantir a construção de um conhecimento global, rompendo com os limites de cada disciplina.

Ela implica na articulação de ações e dinâmicas que busquem um interesse comum. Dessa forma, a interdisciplinaridade só será eficaz se for uma maneira

eficiente de se atingir metas educacionais previamente estabelecidas e compartilhadas pelos atores da unidade escolar.

8. TRANSVERSALIDADE E TEMAS TRANSVERSAIS

De acordo com Menezes (2002), a transversalidade é um termo que, em Educação, é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A partir da LDB, foram elaborados os PCNs que, por sua vez, orientam para a aplicação da transversalidade. No âmbito dos PCNs, a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Não se trata de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas.

Ainda segundo Menezes (2002), “a transversalidade se difere da interdisciplinaridade porque, apesar de ambas rejeitarem a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, a primeira se refere à dimensão didática e a segunda à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. Ou seja, se a interdisciplinaridade questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda considerando as disciplinas, a transversalidade diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos”. Entende-se aqui que a transversalidade seria o “saber para a realidade, para o social, para a vida real” e não só pela necessidade escolar.

Conforme orienta a Resolução MEC/CEB nº 02/2012 (BRASIL, 2012), art. 10, II, os seguintes temas transversais devem ser contemplados e registrados nos conteúdos programáticos descritos nos planos de ensino das disciplinas:

- Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009);
- Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso (Lei nº 10.741/2003);
- Educação Ambiental (Lei nº 9.975/1999);
- Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/1997);
- Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009).

9. PERFIL DO EGRESSO

A estrutura curricular do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense - Campus Videira foi desenvolvida preservando os conceitos de multidisciplinaridade e sistemas, visando atender as demandas em evolução de um mundo do trabalho, atualmente exigente e dinâmico, propiciando aos futuros profissionais desenvolverem diversas habilidades e competências relacionadas às diferentes áreas de atuação profissional.

A proposta do curso é a de que o egresso seja capaz de visualizar antecipadamente os problemas do agronegócio, buscando soluções inovadoras e dinâmicas, com fins de melhor explorar o potencial das pessoas envolvidas nesse ramo da vida empresarial, e, assim, poder conquistar o mercado de trabalho com melhores condições, proporcionando desta forma o desenvolvimento rural sustentável.

Neste sentido, o aluno deverá desenvolver, ao longo do curso, a habilidade para solução de problemas e enfrentar situações de imprevisibilidade, incerteza e instabilidade, usando raciocínio lógico e analítico, para operar com valores e formulações matemáticas para estabelecer relações formais e causais entre fenômenos e para expressar-se de modo crítico diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais, também, o curso apresenta uma ênfase em tecnologias, especializando-os no uso de tecnologias da informação e de gestão.

A proposta curricular do curso está centrada no desenvolvimento de competências que exigirão uma prática pedagógica pautada na interação com o aluno e na construção do seu conhecimento. Assim, as iniciativas dos alunos, o diálogo, os diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo e a autonomia terão que ser considerados para que aconteça não somente o saber fazer, mas, acima de tudo, o saber por que está sendo feito. Desta forma, as disciplinas serão ministradas utilizando-se as seguintes metodologias: aulas teórico-expositivas e dialogadas, palestras, seminários, estudos de casos e vivência prática junto a instituições parceiras.

Amparado nas legislações, citadas no item 10.5, e com a formação recebida pela Instituição de ensino, os profissionais possuem capacidade de exercerem suas competências profissionais nas áreas de:

- I. Desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;
- II. Atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica;
- III. Ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos

currículos do ensino fundamental e médio, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério, nesses dois níveis de ensino;

- IV. Responsabilizar-se pela elaboração de projetos e assistência técnica no valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto, nas áreas de:
 - a. Crédito rural e agroindustrial para efeitos de investimento e custeio;
 - b. Topografia na área rural;
 - c. Impacto ambiental;
 - d. Paisagismo, jardinagem e horticultura;
 - e. Construção de benfeitorias rurais;
 - f. Drenagem e irrigação;
- V. Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias;
- VI. Prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:
 - a. Coleta de dados de natureza técnica;
 - b. Desenho de detalhes de construções rurais;
 - c. Elaboração de orçamentos de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão de obra;
 - d. Detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural;
 - e. Manejo e regulação de máquinas e implementos agrícolas;
 - f. Execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários;
 - g. Administração de propriedades rurais;
- VII. Conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;
- VIII. Responsabilizar-se pelo planejamento, organização, monitoramento e emissão dos respectivos laudos nas atividades de:
 - a. Exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características;

- b. Alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais;
 - c. Propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação;
 - d. Obtenção e preparo da produção animal; processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais;
 - e. Programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos;
 - f. Produção de mudas (viveiros) e sementes;
- IX. Executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;
 - X. Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;
 - XI. Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;
 - XII. Prestar assistência técnica na aplicação, comercialização, no manejo e regulação de máquinas, implementos, equipamentos agrícolas e produtos especializados, bem como na recomendação, interpretação de análise de solos e aplicação de fertilizantes e corretivos;
 - XIII. Administrar propriedades rurais em nível gerencial;
 - XIV. Prestar assistência técnica na multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas;
 - XV. Treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção;
 - XVI. Treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;
 - XVII. Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas.

§ 1º os técnicos em agropecuária poderão, para efeito de financiamento de investimento e custeio pelo sistema de crédito rural ou industrial e no âmbito restrito de suas respectivas habilitações, elaborar projetos de valor não superior a R\$ 150.000,00.

§ 2º os técnicos agrícolas do setor agroindustrial poderão responsabilizar-se pela elaboração de projetos de detalhes e pela condução de equipe na execução direta de projetos agroindustriais.

- XVIII. Identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratos das culturas;
- XIX. Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos;
- XX. Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita, responsabilizando-se pelo armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários;
- XXI. Responsabilizar-se pelos procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais;
- XXII. Aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;
- XXIII. Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial;
- XXIV. Responsabilizar-se pelas empresas especializadas que exercem atividades de dedetização, desratização e no controle de vetores e pragas;
- XXV. Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária;
- XXVI. Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
- XXVII. Projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos;
- XXVIII. Realizar medição, demarcação de levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos e funcionar como perito em vistorias e arbitramento em atividades agrícolas;
- XXIX. Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;
- XXX. Responsabilizar-se pela implantação de pomares, acompanhando seu desenvolvimento até a fase produtiva, emitindo os respectivos certificados de origem e qualidade de produtos.

10. CAMPO DE ATUAÇÃO

Técnico Agrícola é todo o profissional formado em escolas Agrotécnicas e institutos federais e que tenha sido diplomado por escola oficial autorizada ou reconhecida, regularmente constituída nos termos da LDB, Lei nº4.024, de 20 de dezembro de 1961 e suas alterações posteriores (Lei nº5.692/1971 e Lei nº9.394/1996); ou que tenha sido diplomado por escola ou instituto Agrotécnico estrangeiro e seu diploma revalidado no Brasil.

Formam Técnicos Agrícolas somente os cursos realizados em escolas, que obedecem às determinações legais do Conselho Nacional de Educação (Lei Federal nº9.394/1996, Decreto Federal nº5.154/2004).

A profissão é regulamentada pela Lei nº5.524/1968 e pelo Decreto Federal nº90.922/1985 e alterações do Decreto Federal nº4.560/2002, que cria e fixa as atribuições dos Técnicos Agrícolas, em suas diversas habilitações.

O Técnico Agrícola está legalmente enquadrado como profissional liberal nos termos da portaria do Ministério do Trabalho nº 3.156/1987, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 1987 - seção I, página 806. Pertence ao 35º grupo, no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais, a que se refere o artigo nº 577 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

O Técnico em Agropecuária é um profissional capaz de diagnosticar a realidade, atividades e seus entraves frente ao atual modelo econômico, propondo alternativas individuais, coletivas e de políticas públicas. Atua na potencialização dos recursos endógenos locais, junto às empresas ou propriedades rurais, com visão empreendedora e como agente de transformação social, visando o desenvolvimento rural sustentável.

O profissional possui a capacidade de: a) Recomposição da condição econômico-social da agricultura familiar, possibilitando a manutenção das novas gerações no campo, com renda e qualidade de vida, dentro de uma visão de sustentabilidade; b) Preservação e fortalecimento das características culturais da região; c) Percepção e consolidação da identidade profissional, com capacidade para o autodesenvolvimento, associado a uma clara visão ambiental.

O Técnico em Agropecuária é habilitado para planejar, executar, acompanhar e fiscalizar todas as fases dos projetos agropecuários. Administrar empresas e propriedades rurais. Elaborar, aplicar e monitorar programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial. Fiscalizar produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial. Realizar levantamento, demarcação e divisão de áreas

em propriedades rurais. Atuar em programas de fomento, assistência técnica, extensão rural e pesquisa.

O campo de atuação do profissional técnico em Agropecuária é bastante amplo e diversificado, podendo atuar em:

- Empresas e propriedades rurais nas áreas de administração, produção, comercialização e prestação de serviços;
- Planejamento, assessoramento e gerenciamento de projetos e empreendimento agropecuários;
- Empresas de produção de sementes e mudas, nas áreas de planejamento, pesquisa, acompanhamento, produção e classificação de sementes e mudas;
- Empresas comerciais de insumos, máquinas e equipamentos agropecuários;
- Estabelecimentos agroindustriais na área de assistência técnica, acompanhamento de produção de matéria prima, pós-colheita, processamento e armazenamento;
- Empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa;
- Parques e reservas naturais;
- Serviços de fiscalização de produtos de origem animal ou vegetal, bem como seus derivados;
- Cooperativas de produção e serviços agropecuários;
- Sindicatos e produtores rurais;
- Órgãos públicos e privados;

Atualmente a legislação profissional está baseada nos seguintes textos legais.

- Constituição Federal (1988), por ser a Lei básica, sobre a qual se apoia todo o ordenamento jurídico nacional;
- Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regulamenta as profissões de Engenheiro, Arquiteto, Agrônomo e também reorganiza a fiscalização profissional das referidas áreas, mediante atuação do CONFEA e CREAS;
- Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício profissional do Técnico Industrial e do Técnico Agrícola de grau médio;
- Decreto Federal nº 90.922 de 06 de fevereiro de 1985, que regulamentou a Lei nº 5.524/68, normatizando a profissão de Técnico Agrícola e também a de Técnico Industrial;

- Outras Leis Federais e Decretos relacionados com o desempenho profissional dos técnicos agrícolas, tais como a Lei nº 7.802/89, Decreto nº 98.816/90, etc.
- Resoluções, Decisões Normativas e outros regulamentos legais de grau inferiores, editados pelo CONFEA e CREAS.

Para exercer a profissão, é obrigatório o registro no Conselho de Fiscalização Profissional. Desde 1966, os Técnicos Agrícolas, em suas diversas modalidades, têm seus registros profissionais no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, de sua região.

11. PRÉ-REQUISITOS PARA INGRESSO AO CURSO

O ingresso no Curso de Educação Profissional Técnica dar-se-á de acordo com as normas a seguir:

- I. Inscrição e participação no processo seletivo classificatório de acordo com as normas estabelecidas em Edital Próprio da Instituição;
- II. Poderão ingressar no curso Modalidade Subsequente somente estudantes que tenham concluído o Ensino Médio.

12. FORMA DE INGRESSO AO CURSO

De acordo com Edital Próprio da Instituição.

13. ACESSO E APOIO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Considerando o Decreto nº 5.296/2004 (Brasil, 2004), para as pessoas com necessidades especiais, foram tomadas providências para amenizar as barreiras arquitetônicas. Atualmente, existem os seguintes recursos de acessibilidade disponíveis, além da constante atenção para novas necessidades:

- I. Bloco de salas de aula: há rampa de acesso superior a esse bloco, todos os banheiros podem receber cadeirantes e existe um elevador para acesso às salas de aula do primeiro andar. A pavimentação de todo o pátio da escola foi concluída e atende à legislação vigente sobre acessibilidade, inclusive para pessoas com necessidades visuais.
- II. Biblioteca: todas as dependências, incluindo banheiros podem receber cadeirantes;
- III. Cantina: todas as dependências, incluindo banheiros podem receber cadeirantes;

- IV. Ginásio: há rampa para acesso;
- V. Laboratórios: todas as dependências, incluindo banheiros podem receber cadeirantes.
- VI. Possibilidade de adaptação curricular após análise de equipe multidisciplinar e profissional da área em que o estudante apresenta qualquer tipo de limitação;
- VII. Assessoria pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que tem como objetivo assegurar as condições de acesso e permanência no curso das pessoas que possuem algum tipo de necessidade, consolidando uma educação inclusiva. Há atendimento multidisciplinar com pedagogos, psicólogos, intérprete de libras, bem como orientação para o trabalho educacional das pessoas com necessidades especiais.

14. MATRIZ CURRICULAR

O projeto pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio do IFC - Campus Videira foi elaborado com objetivo de fornecer os conhecimentos e habilidades necessários à concepção e à prática técnica em agropecuária, capacitando o profissional a adaptar-se de modo flexível, crítico e criativo às novas situações.

A Estrutura Curricular do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio do IFC - Campus Videira segue as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, propostas pela Resolução CEB nº 04 de dezembro de 1999.

Para fins desta Resolução, o artigo 1º, em seu parágrafo único, define diretrizes como o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive fazendo uso da certificação profissional de cursos.

Também devem ser observados os seguintes critérios para organização e planejamento do curso: I - atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade; II - conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade institucional da escola ou da rede de ensino.

Em relação às competências profissionais, a Resolução, em seu Art. 6º, também apresenta a definição e entendimento, a saber:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos sócio produtivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade,

XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Na educação profissional as competências requeridas, considerando a natureza do trabalho, são as:

- I. Competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio;
- II. Competências profissionais gerais, comuns aos técnicos de cada área;
- III. Competências profissionais específicas de cada qualificação ou habilitação.

Neste sentido, as ementas das disciplinas que compõem a matriz curricular do Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Agropecuária estão descritas no Apêndice I deste documento.

15. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, APROVAÇÃO E REPROVAÇÃO, CONTROLE DE FREQUÊNCIA.

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem segue os preceitos descritos no capítulo XVI da Resolução 084/2014 que trata da organização didática dos cursos técnicos de nível médio do IFC.

15.1. Objetivos da avaliação

Analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada disciplina; avaliar a trajetória de vida escolar do aluno, visando obter indicativos que sustentem tomadas de decisões sobre a progressão dos alunos e o encaminhamento do processo ensino-aprendizagem; definir instrumentos avaliativos que acompanhem e ampliem o desenvolvimento integral do aluno, que sejam coerentes com os objetivos educacionais.

15.2. Instrumentos e critérios de avaliação

Compete ao professor responsável por cada componente curricular adotar os instrumentos e critérios de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-los no respectivo Plano de Ensino, apresentado aos alunos no início de cada período letivo e encaminhados à Supervisão Pedagógica.

Os resultados das avaliações deverão ser publicados, com a devolução das avaliações escritas, inclusive dos resultados das recuperações paralelas.

O processo de avaliação de cada componente curricular, assim como os mecanismos de avaliação, deve ser planejado e deverá ser dada ciência ao estudante no início de cada semestre, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

Os resultados das avaliações deverão ser divulgados a todos os estudantes, individualmente. É vedada a publicação dos resultados das avaliações em murais.

Todas as avaliações já corrigidas deverão ser entregues aos estudantes para que sejam revisadas e dirimidas quaisquer dúvidas quanto à correção. É importante destacar que o professor deve descrever, no instrumento de avaliação, os critérios que serão utilizados para correção.

15.3. Da aprovação e reprovação

Para fins de registro no Diário de Classe, os diversos instrumentos de avaliação deverão ser quantificados, originando, no mínimo, 02 (três) notas parciais (NP) por componente curricular, em cada semestre letivo, expressas em valor numérico de 0 (zero) a 10 (dez).

A média semestral (MS) corresponde à média aritmética simples ou ponderada, resultante das diversas notas parciais do componente curricular, sendo que o professor tem autonomia para atribuir pesos diferentes às avaliações realizadas, desde que expressas no Plano de Ensino.

O Aluno é considerado aprovado quando a nota da média semestral igual ou superior a 7,0 (sete inteiros) em cada componente curricular.

15.4. Avaliação em segunda chamada

As aplicações de avaliações em segunda chamada, por seu turno, seguem as diretrizes traçadas no Capítulo XVIII da Resolução 084/2014, notadamente em seu artigo 83, abaixo transcrito:

Art. 83. A segunda chamada destina-se ao estudante que, por motivos justificáveis e devidamente comprovados, perder avaliações, programadas ou não, no planejamento do componente curricular.

§1º. Caberá ao setor responsável, conforme organização de cada campus, determinar os motivos justificáveis.

§2º. Terá direito à segunda chamada o estudante que protocolar o requerimento na Secretaria Escolar em até 02 (dois) dias úteis após o término do impedimento, com a devida comprovação material deste, por exemplo, atestado médico, nota de internação hospitalar ou outra situação excepcional que demonstre a impossibilidade de comparecimento do discente na atividade realizada. A ausência de apresentação e comprovação de justificativa, importam no não conhecimento do pedido.

§3º. O requerimento com a devida justificativa será analisado pelo setor responsável, que após análise e deferimento ou não, encaminhará ao docente do componente curricular.

15.5. Estudos de recuperação da aprendizagem e reavaliação

O estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, terá direito a estudos de recuperação da aprendizagem e a reavaliação conforme as diretrizes definidas pelo Capítulo XIX, da Resolução 084/2014.

A recuperação da aprendizagem ocorre paralelamente às atividades do semestre, enquanto a reavaliação ocorre ao final de cada semestre para os cursos subsequentes, conforme artigo 86, inciso I. Tal prática deve ser registrada no plano de ensino e no diário de classe de cada disciplina.

15.6. Revisão de Avaliações

É direito do estudante solicitar revisão de avaliações escritas desde que siga as diretrizes definidas pelo Capítulo XX da Resolução 084/2014, transcritas abaixo:

Art. 94. É direito do estudante solicitar revisão de avaliações escritas, num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado da mesma.

§1º. A solicitação de revisão de avaliação deverá ser feita à Coordenação de curso, através da Secretaria Escolar, em requerimento próprio, protocolado, anexando-se a cópia da avaliação, como também as justificativas em que se funda o discente para fins de demonstrar o erro de correção ou de interpretação, isto tudo no intuito de comprovar os fundamentos para provimento do pedido.

§2º. A ausência de motivação e justificativa de parte do discente no pedido de revisão de prova importa no não conhecimento do pedido formulado.

§3º. A Coordenação de Curso indicará banca composta por três servidores: um membro do NUPE e dois docentes, sendo no mínimo um deles da área em questão, para proceder à revisão da prova.

§4º. A banca terá 02 (dois) dias úteis para emitir parecer em resposta à solicitação, encaminhando resultado à Coordenação de Curso.

§5º. A Coordenação de Curso encaminhará o resultado ao docente da disciplina que fará as correções quando for o caso e comunicará o resultado ao aluno. Caberá à Secretaria Escolar fazer o arquivamento.

15.7. Exercícios Domiciliares

Os regimes especiais de exercício domiciliar seguem as diretrizes definidas pelo Resolução 051/2010 do Conselho Superior do IFC – CONSUPER. Em seu Capítulo II – Da Aplicabilidade do Regime Especial de Exercício Domiciliar, especifica-se:

Art. 5º. O regime especial de Exercício Domiciliar deve ser solicitado quando da observação de situação que impeçam o estudante de manter frequência normal em aula, não sendo concedido, em hipótese alguma, para data retroativa.

Art. 6º. Terá direito ao regime especial de Exercício Domiciliar o estudante que necessitar ausentar-se das aulas por um período superior a 15 dias consecutivos.

Além do exposto, essa referida Resolução especifica quais os estudantes aptos a encaminharem o pedido de Regime Especial com Exercícios Domiciliares às seções competentes.

15.8. Da reoferta de disciplinas

O aluno que reprovar em qualquer das disciplinas nas quais ele se matriculou em um determinado semestre do curso, deve refazê-las conforme uma das seguintes opções:

- I. Matricular-se no componente curricular reprovado, ofertado no curso Subsequente correspondente na mesma instituição e solicitar reaproveitamento;
- II. Matricular-se no componente curricular reprovado, ofertado em curso de nível superior da mesma instituição e solicitar reaproveitamento;

III. Matricular-se no componente curricular reprovado em semestre posterior no ano seguinte no mesmo curso subsequente;

IV. Matricular-se no componente curricular reprovado em regime de reoferta quando oferecida pela instituição.

15.9. Atividades Não Presenciais

De acordo com a resolução CNE/MEC 06/2012, Capítulo III, artigo 26, o plano de curso técnico de nível médio pode prever atividades não presenciais de até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso. Esta prática pode ocorrer desde que aprovada pelo órgão deliberativo do curso e:

- No plano de ensino das disciplinas que fizerem uso deste expediente devem ser discriminados os momentos (de acordo com o conteúdo programático), a quantidade da carga horária e os conteúdos que serão oferecidos à distância, justificando a necessidade de tal prática. Tais momentos não podem ultrapassar 20% (vinte por cento) da carga horária total da disciplina.
- Sejam disponibilizados dias específicos para atendimento dos alunos no laboratório de informática, permitindo assim, acesso a aqueles que não dispõem das tecnologias e possibilitando a resolução presencial de eventuais dúvidas sobre as atividades, quando esse tipo de suporte se fizer necessário. O calendário dos atendimentos deve ser amplamente divulgado aos alunos.
- Haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento online pelo docente da disciplina ou outro servidor formalmente designado para tal função.
- Haja registro e acompanhamento da evolução da aprendizagem dos alunos via ambiente virtual de aprendizagem.

15.10. Certificação de conhecimentos obtidos em processos formativos não-formais e aproveitamento de estudos

A certificação de conhecimentos obtidos em processos formativos não-formais e aproveitamento de estudos segue as diretrizes definidas no capítulo XV da Resolução 084/2014, especificamente nos artigos 59.

Art. 59. Poderá ser concedido aproveitamento de estudos, mediante requerimento dirigido ao Coordenador do Curso, protocolado pelo

próprio estudante ou por seu representante legal na Secretaria Escolar, acompanhado dos seguintes documentos:

I – histórico escolar (parcial/final) com a carga horária e rendimentos escolares dos componentes curriculares cursados;

II – planos de ensino dos componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino contendo no mínimo, ementário, conteúdo programático, referências e carga horária.

§1º. A verificação da compatibilidade dos componentes curriculares cursados com aproveitamento dar-se-á pela análise do processo, com base no parecer do Coordenador do Curso e do docente do componente curricular, respeitado o mínimo de 75% de similaridade dos conteúdos e da carga horária do (s) componente (s) curricular (es) do curso pretendido.

§2º. Pode-se combinar mais de um componente curricular para validação do componente curricular pretendido.

§3º. Todos os documentos exigidos devem ser emitidos pela instituição de origem.

§4º. É vedado o aproveitamento de estudos entre níveis de ensino distintos.

§5º. Atendendo à recomendação do parecer CEB/CNE 18/2002, tem-se que para fins de aproveitamento de estudos ou revalidação de diploma, em especial, no caso da Educação Profissional de nível técnico, há necessidade de revalidação do diploma obtido no exterior por parte de uma escola que ofereça a habilitação profissional na área, devidamente autorizada pelo órgão próprio do respectivo sistema de ensino e inserida no Cadastro Nacional de curso de nível técnico, mantido e divulgado pelo Ministério da Educação.

15.11. Período letivo e duração de aula

A duração do período letivo será estabelecida considerando-se a legislação vigente e o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. As aulas serão ministradas em períodos de 48 minutos até que se cumpra o mínimo da carga horária estabelecida para cada disciplina, incluindo também o tempo do intervalo.

15.12. Controle de frequência

O controle de frequência segue o disposto no capítulo VII da Resolução 084/2014, exposto no artigo 32, além das normativas internas aprovadas pelo CONCAMPUS.

***Art. 32** A frequência mínima exigida para aprovação será de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas do período letivo para os cursos integrados, e 75 (setenta e cinco por cento) por disciplina para os cursos concomitantes e subsequentes.*

É prevista nesta Resolução a responsabilidade dos docentes no repasse do registro de frequências e faltas dos estudantes ao setor competente, conforme a estrutura do Campus.

16. VERIFICAÇÃO DOS PLANOS DE ENSINO

De acordo com a Resolução CONSUPER n.º 084/2014, artigo 25, do capítulo V, os planos de ensino das disciplinas devem estar em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso. Tal verificação é semestralmente feita pelos professores, pela coordenação do curso, pelo Núcleo Pedagógico e pelo Núcleo Docente Básico em época prevista no calendário escolar. Todos os planos devem ser rubricados, assinados e datados pelo professor e coordenação de curso, conforme transcorrem as revisões. No caso de aprovação pelo NDB do Curso, eles são encaminhados ao órgão competente. Em caso de rejeição, são devolvidos ao docente para que este promova os ajustes necessários até uma data limite definida pela coordenação do curso. É de responsabilidade do docente primar pela concordância do seu plano com as diretrizes definidas no PPC.

17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

De acordo com as normativas vigentes para os Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, não há um sistema oficial de avaliação externa como acontece nos cursos superiores.

Neste sentido, o Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio do IFC - Campus Videira tem sua avaliação de curso realizada anualmente por comissão competente instituída pela direção, a qual discute e avalia todas as questões relacionadas ao curso.

Ainda poderão ser elaborados e aplicados instrumentos de avaliação interna aos alunos visando acolher a percepção dos discentes em relação ao andamento do curso.

18. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

O Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio não prevê a realização de trabalho de conclusão de curso.

19. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio prevê obrigatoriedade de estágio curricular. Ao aluno, é obrigatória a realização de 120 horas de estágio curricular até o término do terceiro ano letivo. O estágio curricular obrigatório é regido pela Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 e organizado conforme regulamento de estágio (Anexo VI).

20. ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio curricular não obrigatório (Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008) poderá ser realizado em qualquer fase do curso, independente do discente ter cursado ou não a disciplina que esteja ligada a área na qual será realizado o estágio. O mesmo seguirá os trâmites e operacionalidades do estágio curricular obrigatório.

21. PESQUISA E EXTENSÃO

21.2 Ações de Pesquisa

A atividade de iniciação científica tem por objetivo contribuir para formação e qualificação profissionais, desenvolvendo habilidades investigativas e de construção do conhecimento. No Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio do IFC – Campus Videira, o foco da atividade de iniciação científica é a pesquisa aplicada. Nesta atividade os resultados são voltados à solução de problemas práticos.

As atividades de iniciação científica poderão ocorrer de três formas:

1. O aluno é voluntário e não recebe remuneração, as regras que norteiam esta atividade de pesquisa são regulamentadas pela PROPI – Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.
2. O aluno recebe bolsa interna do IFC ou de empresa privada, sendo esta atividade regulamentada pelo Regulamento de Iniciação Científica do Instituto Federal Catarinense e edital próprio.
3. O aluno pode receber bolsa de entidade de fomento e deve seguir as regras da entidade.

21.3 Ações de Extensão

A atividade de extensão tem por objetivo contribuir para formação e qualificação profissionais, desenvolvendo habilidades práticas para a aplicação do conhecimento. No Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio do IFC – Campus Videira, o foco da atividade é o conhecimento aplicado em prol da resolução de uma problemática local e/ou regional. Esta prática não versa a complexidade de soluções, mas sim, a análise e contextualização do problema e suas soluções plurais, visando dentre estas, escolher aquela mais adequada para a situação. Desta forma, o aluno desenvolve o censo crítico da formulação de uma solução que nem sempre é a ideal, contudo é a necessária para sua superação.

22. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os objetivos gerais das atividades curriculares complementares são os de flexibilizar o currículo obrigatório, aproximar o discente da realidade social e profissional e propiciar-lhe a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre o IFC e a sociedade, por meio da participação do discente em atividades que visem à formação profissional aliada ao desenvolvimento de valores humanísticos.

22.1 Monitoria e Grupos de Estudos

Os docentes poderão apresentar propostas de monitoria e grupos de estudos, com número de vagas e horas necessárias. Tais horas podem ser contabilizadas como atividades complementares. As atividades de monitoria serão definidas e normatizadas pelo IFC Campus Videira e por seus editais respectivos.

22.2 Cursos Extracurriculares

Além das atividades previstas na matriz curricular, poderão ser contabilizadas as horas destinadas a cursos de formação e aperfeiçoamento técnico, profissional e de idiomas.

22.3 Outras Atividades Técnicas

Além das atividades previstas na matriz curricular, poderão ser contabilizadas as horas destinadas a outras atividades como visitas técnicas, exposições, eventos ou feiras da área técnica.

22.4 Outras Atividades

Além das atividades previstas na matriz curricular, poderão ser realizadas outras atividades como práticas esportivas e culturais.

23. EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

O empreendedorismo e inovação são estimulados através de aulas especiais com apresentação de cases de sucesso de empresas, vídeos, etc. e ainda via visitas técnicas a empresas, palestras, etc.

24. DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE

A listagem do corpo docente e a formação acadêmica correspondente às especialidades de cada professor são detalhadas no Apêndice II deste documento.

25. DESCRIÇÃO DA EQUIPE DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

A relação nominal da equipe de técnicos administrativos, suas funções, bem como a respectiva formação acadêmica são descritos no Apêndice III deste documento.

26. DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio conta com uma estrutura moderna e funcional para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas e para atividades complementares em seus diversos espaços:

- Um bloco de Salas (3187m²), onde funcionam:
 - ✓ Uma sala para atendimento da CGAE – Coordenação Geral de Assistência ao Estudante;
 - ✓ Uma sala para Laboratório de Segurança do Trabalho;
 - ✓ Uma sala para Brinquedoteca – Curso de Pedagogia;
 - ✓ Uma sala para Laboratório de Hardware;
 - ✓ Uma sala para atendimento do NUPE – Núcleo Pedagógico
 - ✓ Uma sala para atendimento da Coordenação de Registros Acadêmicos.
 - ✓ Salas de aula (16 salas).
- Um bloco com 6 laboratórios de informática (602,81m²);
- Um bloco com 5 laboratórios (602,81 m²);
- Um bloco com 1 Biblioteca (630 m²);
- Um bloco com 1 Auditório (683 m²);
- Um bloco com 1 Ginásio Poliesportivo (1592,50 m²);
- Um bloco para o Centro Administrativo (517,37 m²);
- Uma Sala de orientação aos estudantes/salas de professores (298,84 m²);
- Um bloco destinado à Cantina.

27. INSTALAÇÕES E RECURSOS PEDAGÓGICOS

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente conta com uma estrutura funcional para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas e para atividades complementares em seus diversos espaços:

- Uma área agrícola de, aproximadamente, 1,5 ha, onde são realizadas as aulas práticas de campo das diferentes disciplinas;
- Duas estufas de produção de mudas e plantas, com dimensões de 240 m² cada;
- Um galpão para armazenamento de adubos, materiais de consumo em aulas práticas e máquinas agrícolas, tais como: trator 4x4; carreta agrícola (capacidade de 4 t.); subsolador; arado de discos reversível e enxada rotativa.

28. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Todos os Diplomas, Certificados, Históricos Escolares e demais documentos relacionados à vida escolar dos estudantes do IFC Campus Videira serão emitidos pela Coordenação de Registros Acadêmicos e deverão explicitar o título da formação certificada.

Terá direito ao recebimento de Diploma todo estudante que concluir com aproveitamento todos os componentes curriculares do curso integrado e realizar o estágio curricular obrigatório dentro do prazo estabelecido, conforme orientações do Projeto Pedagógico de Curso e/ou departamento de estágio.

Para a Colação de Grau e entrega do Diploma deverão ser observadas as datas previstas no Calendário Acadêmico.

Alunos em condições especiais, desde que comprovada esta condição por profissional competente, após lograr êxito em atividades a eles designadas, podem ser certificados por resolução institucional específica.

29. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007, 298 p.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11892.htm. Acesso em setembro de 2013.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em agosto de 2013.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino dos 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em agosto de 2013.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em julho de 2014.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em julho de 2015.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Idoso e dá outras providências. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em junho de 2015.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em junho de 2015.

_____. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm. Acesso em julho de 2015.

_____. Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5524.htm. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Disponível em <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=25>. Acesso em julho de 2016.

_____. Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Disponível em <http://normativos.confea.org.br/downloads/5524-68.pdf>. Acesso em julho de 2016.

_____. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm. Acesso em julho de 2016.

_____. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm. Acesso em junho de 2015.

_____. Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985. Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1969 que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D90922.htm. Acesso em maio de 2014.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em junho de 2015.

_____. Decreto nº 4.560, de 30 de dezembro de 2002. Altera o Decreto no 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei no 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4560.htm. Acesso em fevereiro de 2015.

_____. Decreto nº 98.916, de 11 de janeiro de 1990. Regulamenta a Lei nº 7.802, de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110541/decreto-98816-90>. Acesso em maio de 2015.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que

específica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em junho de 2016.

_____. Resolução CNE nº 01, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em julho de 2016.

_____. Resolução nº 02, de 30 de janeiro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em setembro de 2013.

_____. Resolução CNE nº 06, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>. Acesso em julho de 2016.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE.
Estatuto do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, agosto de 2009

_____. Orientações Didático-Pedagógicas Norteadoras para os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, dezembro de 2012.

_____. Plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, novembro de 2014.

_____. Projeto Político-Pedagógico Institucional do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, novembro de 2014.

_____. Conselho Superior. Resolução nº 51, de 17 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Regime Especial de Exercício Domiciliar. Disponível em <http://consuper.ifc.edu.br/resolucoes-aprovadas-em-2010/>. Acesso em julho de 2016.

_____. Conselho Superior. Resolução nº 17, de 2 de julho de 2013. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad referendum nº 014/2013, de 17/05/2013. Disponível em <http://consuper.ifc.edu.br/resolucoes-aprovadas-em-2013/>. Acesso em julho de 2016.

_____. Conselho Superior. Resolução nº 84, de 30 de outubro de 2014. Dispõe sobre Organização Didática dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFC. Disponível em <http://consuper.ifc.edu.br/resolucoes-aprovadas-em-2014/>. Acesso em julho de 2016.

KUENZER, A. Z. Ensino Médio e Profissional: As Políticas do Estado Neoliberal. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007, 104 p.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. "Temas transversais" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=60>. Acesso em julho de 2015.

Acesso em setembro de 2016; <http://www.inep.gov.br/>

Acesso em: setembro de 2016; <http://www.maps.google.com.br/>

Acesso em: setembro de 2016; <http://www.cidades.ibge.gov.br/videira>

Apêndice I: Matriz Curricular

COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA (HORAS/SEMESTRE)	CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE (HORAS)
1º SEMESTRE	Informática Aplicada à Agropecuária	30	375
	Estudo da Água e do Solo	60	
	Introdução à Agricultura	60	
	Introdução à Zootecnia	60	
	Cálculos Básicos Aplicados à Agropecuária	30	
	Produção e Interpretação de Textos	30	
	Defesa Fitossinitária	30	
	Jardinagem e Paisagismo	45	
	Sociologia Rural e Valores Culturais na Agropecuária	30	
2º SEMESTRE	Meio Ambiente, Uso e Conservação da Água e Solo	45	375
	Gestão Rural I	30	
	Topografia I	60	
	Mecanização Agrícola	45	
	Olericultura I	45	
	Avicultura	75	
	Orientação de Estágio e Deontologia	30	
	Apicultura e Piscicultura	45	
3º SEMESTRE	Gestão Rural II	30	360
	Olericultura II	30	
	Culturas Anuais I	30	
	Construções e Instalações Rurais	45	
	Silvicultura I	30	
	Fruticultura	30	
	Forragicultura I	30	
	Topografia II	60	
	Suinocultura	75	
4º SEMESTRE	Cooperativismo e Extensão Rural	30	360
	Culturas Anuais II	45	
	Irrigação e Drenagem	45	
	Agroindústria	45	
	Silvicultura II	30	
	Fruticultura II	60	
	Forragicultura II	45	
	Bovinocultura de leite e corte	60	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO (HORAS)			180
CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS DO CURSO (HORAS)			1470
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (HORAS)			1650

Apêndice II: Quadro de Professores do Curso

Nome	CPF	Regime de Trabalho	Formação	Pós-graduação	Ramal	E-mail
Alan Schreiner Padilha	936.939.239-49	Dedicação Exclusiva	Engenheiro Florestal	Especialista em Geodésia e Mestrando em Engenharia Florestal	4930	alan.padilha@ifc-videira.edu.br
Allan Charles Mendes de Sousa	019.961.403-29	Dedicação Exclusiva	Engenheiro Agrônomo	Doutor em Engenharia Agrícola	4930	allan.sousa@ifc.videira.edu.br
Andressa Fernanda Campos	333.727.558-39	Dedicação Exclusiva	Zootecnista	Doutora em Zootecnia	4931	andressa.campos@ifc.videira.edu.br
Éder Farina	010.409.759-09	40 horas - Substituto	Engenheiro Agrônomo	Especialista em Desenvolvimento Rural e Agronegócios	4930	eder.farina@ifc-videira.edu.br
Gilson Ribeiro Nachtigall	429.796.170-91	Dedicação Exclusiva	Engenheiro Agrônomo	Doutor em Ciências Agrárias	4930	gilsonrn@ifc-videira.edu.br
Isabela Fonseca	059.903.556-02	Dedicação Exclusiva	Zootecnista	Doutora em Genética e Melhoramento	4930	isabela.fonseca@ifc-videira.edu.br
Josy Alvarenga Carvalho Gardin	052.219.616-01	Dedicação Exclusiva	Administração	Mestre em Administração	4930	josy.gardin@ifc-videira.edu.br
Marcos Augusto Paladini dos Santos	020.437.388-36	Dedicação Exclusiva	Engenheiro Agrônomo	Mestre em Engenharia Agrícola e Doutorando	4930	marcos.paladini@ifc-videira.edu.br
Nadir Paula da Rosa	724 987 810 72	Dedicação Exclusiva	Administração	Mestre em Agronegócios e Doutora em Desenvolvimento Rural	4930	nadir@ifc-videira.edu.br
Osmar Alberto Crestani	304.854.289-20	Dedicação Exclusiva	Engenheiro Agrônomo	Mestre em Fitopatologia e Doutorando em Produção	4930	crestani@ifc-videira.edu.br

				Vegetal		
Ricardo de Araújo	635.473.849-15	Dedicação Exclusiva	Engenheiro Agrônomo	Doutor em Agronomia	4930	ricardo.araujo@ifc-videira.edu.br

Apêndice III: Quadro de Técnicos Administrativos

Nome	Cargo	CPF	Regime de Trabalho	Formação	Ramal	E-mail
Ana Claudia Cagnin	Assistente administrativo	048.136.379-30	40 horas semanais	Especialização em Controle da Gestão Pública	4941	ana.cagnin@ifc-videira.edu.br
Ana Claudia dos Santos	Auxiliar de biblioteca	084.586.359-25	40 horas semanais	Ensino Médio	4917	ana.santos1@ifc-videira.edu.br
Anderson Correa Gonçalves	Técnico em Agropecuária	049.779.599-06	40 horas semanais	Curso Técnico em Agropecuária	4943	anderson.goncalves@ifc-videira.edu.br
Angela Lidvina Schneider	Auxiliar de biblioteca	019.465.269-67	40 horas semanais	Especialização em Educação	4913	angelalidvina@ifc-videira.edu.br
Angela Maria Crotti da Rosa	Assistente administrativo	008.584.909-00	40 horas semanais	Especialização em Controle de Gestão Pública	4926	angela_rosa@ifc-videira.edu.br
Antoninho Baldissera	Pedagogo	034.530.588-44	40 horas semanais	Especialização em Logoterapia	4940	antoninho.baldissera@ifc-videira.edu.br
Bruno José Dani Rinaldi	Técnico em Laboratório	065.206.879-01	40 horas semanais	Graduação em Engenharia de Alimentos	4943	bruno.rinaldi@ifc-videira.edu.br
Camila Zanette Zuanazzi	Assistente administrativo	956.275.020-53	40 horas semanais	Ensino Médio	4926	camila.zuanazzi@ifc-videira.edu.br
Carla Genoveva Santin Fernandes	Assistente administrativo	007.155.939-60	40 horas semanais	Especialização em Língua Portuguesa	4918	carlagsantin@ifc-videira.edu.br
Caroline Vian Spricigo	Assistente administrativo	048.180.749-77	40 horas semanais	Graduação em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	4907	carol.vian@ifc-videira.edu.br
Cassiana Schmidt	Assistente administrativo	047.022.029-52	40 horas semanais	Especialização em Gestão e Direito Público	4918	cassiana@ifc-videira.edu.br
Daniel Manenti	Técnico em	758.003.579-00	40 horas	Especialização – MBA em	4908	manenti@ifc-videira.edu.br

	laboratório/Área: Automação Industrial		semanais	Planejamento e Gestão Estratégica		
Danieli Vieceli	Psicóloga	040.961.839-03	40 horas semanais	Mestrado em Educação	4927	danieli@ifc-videira.edu.br
Deise Dallposso	Assistente de alunos	051.329.609-36	40 horas semanais	Ensino Médio	4927	deise.dallposso@ifc-videira.edu.br
Denise Danielli Pagno	Técnica em assuntos educacionais	005.627.129-84	40 horas semanais	Mestrado em Educação	4916	denise@ifc-videira.edu.br
Diego Alan Pereira	Técnico de Tecnologia da Informação	983.506.339-72	40 horas semanais	Especialização em Governança de TI	4924	diego@ifc-videira.edu.br
Everson Willian Batista	Técnico em Segurança do Trabalho	072.475.369-93	40 horas semanais	Técnico em Segurança do Trabalho	4908	everson.batista@ifc-videira.edu.br
Felipe Ribas	Auxiliar em Administração	041.722.579-25	40 horas semanais	Graduação (Licenciatura) em Filosofia	4918	felipe.ribas@ifc-videira.edu.br
Gabriela Frizzo Patrício	Técnica em assuntos educacionais	046.977.539-41	40 horas semanais	Mestrado em Educação	4926	gabriela@ifc-videira.edu.br
Georgete Ferronato	Técnica em assuntos educacionais	022.112.059-92	40 horas semanais	Mestrado em Educação	4940	georgete.ferronato@ifc-videira.edu.br
Giorge Vanz	Analista de	054.818.749-54	40 horas	Especialização em Redes e	4934	giorge@ifc-videira.edu.br

	tecnologia da informação		semanais	Segurança de Sistemas		
Giovana von Mechel Lorenz	Assistente administrativo	694.468.229-04	40 horas semanais	Graduação em Tecnologia em Marketing	4938	giovanavm@ifc-videira.edu.br
Gislaine Julianotti Carlesso (cedida do Campus Fraiburgo)	Administrador	010.085.209-26	40 horas semanais	Especialização em Gestão Pública	4920	gislainejc@ifc-videira.edu.br
Grazieli Ferreira da Rosa	Enfermeira	022.005.910-12	40 horas semanais	Especialização em Enfermagem do Trabalho	4927	grazieli.rosa@ifc-videira.edu.br
Guillermo Gôngora Figoli (em exercício provisório no IFSC)	Técnico de Tecnologia da Informação	255.418.458-58	40 horas semanais	Técnico em Informática	---	guille@ifc-videira.edu.br
Joice Aparecida do Nascimento	Auxiliar de biblioteca	919.296.449-49	40 horas semanais	Especialização em Educação – Práticas Pedagógicas	4917	joice@ifc-videira.edu.br
Josiane Bonetti	Assistente administrativo	043.821.679-22	40 horas semanais	Especialização – MBA em Gestão Pública	4912	josiane@ifc-videira.edu.br
Juciara Ramos Cordeiro	Assistente Social	044.653.039-55	40 horas semanais	Especialização em Gestão de Políticas Públicas	4927	juciara.cordeiro@ifc-videira.edu.br
Juliana Carla Bauerle Motta	Jornalista	052.609.119-38	25 horas semanais	Especialização em Comunicação Política e Imagem	4935	juliana.motta@ifc-videira.edu.br
Liliane Josefa Orso Pinheiro	Contadora	041.456.809-52	40 horas semanais	Especialização em Direito Empresarial e Planejamento Tributário	4921	liliane@ifc-videira.edu.br
Lizete Camara Hubler	Técnica em assuntos	024.211.809-70	40 horas semanais	Mestrado em Educação	4939	lizete.hubler@ifc-videira.edu.br

	educacionais					
Loriane Vicelli	Técnica em assuntos educacionais	020.861.249-10	40 horas semanais	Especialização em Séries Iniciais do Ensino Fundamental	4940	loriane.vicelli@ifc-videira.edu.br
Luana de Araújo Huff	Assistente de alunos	076.152.169-07	40 horas semanais	Graduação (Licenciatura) em Letras/Habilitação em Português, Inglês e respectivas literaturas	4927	luana.huff@ifc-videira.edu.br
Marcelo Diel	Técnico em Agropecuária	603.168.530-20	40 horas semanais	Mestre em Ciências	4943	marcelo.diel@ifc-videira.edu.br
Maria José de Castro Bomfim	Programador Visual	029.811.769-00	40 horas semanais	Especialização em Marketing	4935	maria.bomfim@ifc-videira.edu.br
Marion Schmidt	Assistente administrativo	047.022.019-80	40 horas semanais	Especialização em Gestão e Direito Público	4905	marionsch@ifc-videira.edu.br
Matheus Bisso Sampaio	Analista de tecnologia da informação	007.165.580-84	40 horas semanais	Especialização em Redes de Computadores	4934	matheus.sampaio@ifc-videira.edu.br
Mauricio Natanael Ferreira	Analista de tecnologia da informação	010.074.519-98	40 horas semanais	Pós-graduação em Desenvolvimento Web	4909	mauricio.ferreira@ifc-videira.edu.br
Nelson Magalhães de Oliveira	Bibliotecário/ Documentalista	921.664.078-20	40 horas semanais	Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares	4917	nelson.oliveira@ifc-videira.edu.br
Patrícia Frizzo	Auxiliar em Administração	058.836.759-13	40 horas semanais	Especialização – MBA em Administração Estratégica e Financeira	4914	patricia.frizzo@ifc-videira.edu.br

Paulo Bruschi	Auditor	006.081.489-62	40 horas semanais	Especialização em Direito Material e Processual Civil	4946	paulo.bruschi@ifc-videira.edu.br
Rafaela Agostini	Auxiliar de biblioteca	010.357.559-63	40 horas semanais	Graduação em Nutrição	4904	rafaela.agostini@ifc-videira.edu.br
Ramon Silva da Cunha	Tradutor Intérprete de Libras	059.289.779-64	40 horas semanais	Licenciatura em Matemática	4927	ramon.cunha@ifc-videira.edu.br
Ricardo Kohler	Técnico em Tecnologia da Informação	058.762.859-60	40 horas semanais	Graduação em Ciências da Computação	4909	ricardo.kohler@ifc-videira.edu.br
Roberta Souza Santos	Tecnólogo: Gestão de Recursos Humanos	941.818.450-87	40 horas semanais	Especialização – MBA Executivo em Recursos Humanos	4905	roberta.santos@ifc-videira.edu.br
Rodrigo Zuffo	Assistente administrativo	072.079.269-01	40 horas semanais	Especialização em Desenvolvimento Web	4908	rodrigozuffo@ifc-videira.edu.br
Rosana de Oliveira	Técnica em assuntos educacionais	001.145.469-59	40 horas semanais	Especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais	4935	rosana.oliveira@ifc-videira.edu.br
Rosane Goularte	Técnica em assuntos educacionais	557.845.429-15	40 horas semanais	Especialização em Geopolítica e Educação Ambiental	4937	rosane@ifc-videira.edu.br
Samantha Vanin Felchilcher	Auxiliar de biblioteca	062.893.579-05	40 horas semanais	Graduação em Psicologia	4917	samantha@ifc-videira.edu.br
Sandra Cristina Martini Rostirola	Técnica em assuntos	026.148.829-50	40 horas semanais	Especialização em Ensino e Gestão na Educação Básica	4935	sandra.rostirola@ifc-videira.edu.br

	educacionais					
Silvia Marina Rigo	Auxiliar em Administração	057.478.289-32	40 horas semanais	Especialização – MBA em Gestão Pública	4911	silvia.rigo@ifc-videira.edu.br
Tatiana Zuffo de Castilha	Assistente de alunos	052.563.519-07	40 horas semanais	Graduação em Tecnologia de Alimentos	4940	tatiana.castilha@ifc-videira.edu.br
Thales Felliipe Guill	Assistente administrativo	064.399.629-06	40 horas semanais	Especialização em Governança de TI	4915	thalesguill@ifc-videira.edu.br
Tiago Heineck	Técnico de Tecnologia da Informação	047.292.249-14	40 horas semanais	Especialização em Engenharia de Sistemas	4934	tiago.heineck@ifc-videira.edu.br
Tiago Possato	Técnico em Laboratório/ Área: Eletroeletrônica	061.017.649-82	40 horas semanais	Técnico em Eletroeletrônica	4943	tiago.possato@ifc-videira.edu.br
Vanessa Bettoni	Assistente administrativo	892.164.239-00	40 horas semanais	Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa	4921	vanessa@ifc-videira.edu.br
Vera Regina Mazureck	Pedagoga/ Supervisora Educacional	370.147.300-53	40 horas semanais	Mestrado em Educação	4940	vera@ifc-videira.edu.br

Apêndice IV: Ementas dos Componentes Curriculares 2017

PRIMEIRO SEMESTRE

INTRODUÇÃO À AGRICULTURA

Objetivo Geral

Proporcionar aos estudantes conhecimentos práticos e teóricos básicos dos principais assuntos a serem abordados na área de produção vegetal durante o curso de Técnico em Agropecuária. Fornecer aos estudantes subsídios para a identificação e classificação das partes constituintes das plantas superiores. Identificar e caracterizar as principais famílias de plantas de interesse à produção agrícola e ao ambiente. Fornecer os conhecimentos básicos essenciais sobre fisiologia vegetal para a atuação do Técnico em Agropecuária.

Ementas

Conceitos gerais; Apresentação das disciplinas do curso e as especialidades da área. Origem e evolução das espécies; classificação botânica; morfologia das plantas; tecidos vegetais; fotossíntese; nutrientes; transporte de solutos na planta; respiração, transpiração e fotossíntese; hormônios vegetais; noções sobre tratamentos fitossanitários e receituário agrônomo; defesa sanitária vegetal. Temas transversais: Educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Básica:

- CASTRO, P.R. C.; KLUGE, R. P. Manual de Fisiologia Vegetal – Teoria e Prática. Livroceres. 2005. 650p.
- GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda., 2007. 448p.
- SOUZA, V. C. & LORENZI, H. Botânica Sistemática: Guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008. 704p.

Complementar:

Referências Bibliográficas

- FERRI, M.G. Botânica: morfologia interna das plantas (anatomia). Nobel 9ª ed. 1999.
- MARENCO, R. A.; LOPES, N. F. Fisiologia Vegetal. Viçosa: UFV, 2005. 451p.
- OLIVEIRA, F.; SAITO, M.L. Práticas de morfologia vegetal. São Paulo: Atheneu, 2006. 115 p.
- SILVA, M.M.S.S. Agrotóxicos e ambiente. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 400p.
- TISSOT-SQUALLI, M.L. Introdução à botânica sistemática. 2ª ed. rev. -. Ijuí: UNIJUÍ, 2009. 144 p. (broch.).
- ZEIGER, Eduardo. Fisiologia vegetal. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, 819 p. (enc.).

PRIMEIRO SEMESTRE

INTRODUÇÃO À ZOOTECNIA

Objetivo Geral

Apresentar ao aluno do curso Técnico em Agropecuária os conceitos fundamentais empregados na produção animal, sendo estes conceitos indispensáveis para o entendimento das disciplinas sobre criações que serão ministradas no decorrer do curso.

Ementas

Histórico da zootecnia, objetivos, bases fundamentais e relações com outras disciplinas; Origem e domesticação dos animais; Conceitos de espécie, raça, linhagem, família e indivíduo; Características primárias e secundárias dos animais e sua importância na avaliação e julgamento destes; A utilização dos animais domésticos, funções produtivas, classificação, escolha de reprodutores, reprodução animal natural e artificial; Classificação dos alimentos e nutrientes, tabelas de exigências nutricionais para as diferentes fases da criação, deficiências nutricionais dos animais, formulação de ração; Doenças infecciosas, parasitárias e tóxicas, métodos de profilaxia e tratamento de doenças, métodos de aplicação de vacinas; Bioclimatologia; Sistemas de criação e produção, realidade da propriedade rural e características regionais. Temas transversais: Educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Básica:

- ANDRIGUETTO, J. M.; PERLY, L.; MINARDI, I.; GEMAEL, A.; FLEMMING, J. S.; SOUZA, G. A.; BONA FILHO, A. Nutrição animal I. São Paulo: Nobel, 2002 395p.
- GONÇALVES, P.B.D. Biotécnicas Aplicadas à Reprodução Animal. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2008.
- REECE, W. O. Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos. São Paulo: Roca, 3ª ed., 2008. 468p.

Complementar:

Referências Bibliográficas

- ANDRIGUETTO, J. M.; PERLY, L.; MINARDI, I.; GEMAEL, A.; FLEMMING, J. S.; SOUZA, G. A.; BONA FILHO, A. Nutrição Animal 2 - Alimentação Animal. São Paulo: NOBEL.
- BAÊTA, F. C. Ambiência em edificações rurais: conforto animal. VIÇOSA: UFV, 1997.
- FERREIRA, W. M. et al. Zootecnia brasileira - Quarenta anos de história e reflexões. Recife: Associação Brasileira de Zootecnistas, 2006. 83 p.
- RAMALHO, M.A.P.; SANTOS, J.B.; PINTO, C.A.B.P. Genética na agropecuária. Lavras: UFLA, 2000. 472p.
- SILVA, R.G. Introdução à bioclimatologia animal. 1ª ed. São Paulo: Nobel, 2000. 286p.

PRIMEIRO SEMESTRE

INFORMÁTICA APLICADA À AGROPECUÁRIA

Objetivo Geral

Compreender os conceitos básicos da informática e utilizar com eficácia e eficiência, tais conhecimentos na realização de atividades diárias do curso de agropecuária, além dos conhecimentos aprendidos na disciplina contribuir para realização das atividades do curso, também proporcionará aos estudantes desempenhar melhor suas futuras atividades profissionais.

Ementas

Conceitos da informática básica. Sistemas aplicativos de editor de textos, elaboração e apresentação de slides e planilha eletrônica. Apresentação e formatação do modelo de relatório de estágio do curso e demais trabalhos acadêmicos do curso. Cadastro do currículo Lattes na plataforma do CNPq. Importância de realização periódica de backup. Uso eficiente da internet. Elaboração e apresentação de slides baseada nas regras de apresentação do relatório de estágio obrigatório e trabalhos acadêmicos do curso. Utilização de planilha de cálculo para realização de contas como custo de produção e elaboração de gráficos. Temas transversais: educação alimentar e nutricional; processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação ambiental; educação para o trânsito; educação em direitos humanos.

Referências Bibliográficas

Básica:

- CAIÇARA JUNIOR, C. Informática, internet e aplicativos. Curitiba, PR: Ibpex, 2007. 267 p.
- CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. xv, 350 p.
- NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makron Books, 2009. - 619 p. + 1 CD-ROOM.

Complementar:

- MARTIGNAGO, D.; FAQUETI, M. F. Guia Básico para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos no Instituto Federal Catarinense. Pró-Reitoria de Ensino. Blumenau: IFC, 2014. 67 p.
- VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos. 7ª ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2004. 407 p.
- LibreOffice (Org.). Guia do LibreOffice Writer. Disponível em: <<https://pt-br.libreoffice.org/>>
- LibreOffice (Org.). Guia do LibreOffice Calc. Disponível em: <<https://pt-br.libreoffice.org/>>
- LibreOffice (Org.). Guia do LibreOffice Impress. Disponível em: <https://pt-br.libreoffice.org/>

PRIMEIRO SEMESTRE

ESTUDO DE SOLO E ÁGUA

Objetivo Geral

Proporcionar aos alunos as bases para a correção, adubação dos solos para as plantas, para proporcionar os nutrientes necessários ao seu desenvolvimento. Desta forma, alicerçará as bases para o estudo do manejo e cultivo das plantas, visando à produção agropecuária. O solo e água são recursos que devem ser preservados e utilizados de forma correta, visando sustentabilidade dos recursos e produção de alimentos.

Ementas

Formação de solos e seus constituintes; Elementos nutricionais das plantas presentes nos solos; Transformações químicas do solo; Microvida do solo; Inter-relação física, química e biológica do solo com as plantas; Funções do solo na produção agropecuária (física, química e biológica); Funções da Água e seu ciclo; Relações solo-agua-planta; Noções de Climatologia (Temperatura, Pluviometria, Estações do Ano); Influências da climatologia para plantas (Temperatura, Umidade, Luminosidade). Temas transversais: educação ambiental.

Básica:

- TROEH, F.R.; THOMPSON, L.M. Solos e Fertilidade do solo. São Paulo: Andrei, 6ª ed., 2007. 718p.
- KIEHL, E. J. Manual de Edafologia – Relações solo-planta. Piracicaba: Livroceres, 1979. 262p.
- BARBOSA, C.A. Manual de Análise Química de Solo e Fertilizantes. Viçosa: Agro Juris. 2009.

Complementar:

- BARBIERI, J. C. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis: Vozes. 3ª ed., 2000.
- BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Disponível no http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-014/2012/Lei/L12651.htm. Acessado em 10/12/2013.
- CURI, N. et al. Tópicos em Ciência do Solo (Vol. – 3). Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS), 2003.
- MELO, V. F.; ALLEONI, L. R. F. Química e Mineralogia dos Solos – Parte I. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo – SBCS, 2009.
- WHITE, R. E. Princípios e Práticas da Ciência do Solo. São Paulo: Andrei, 4ª ed., 2010.

Referências Bibliográficas

PRIMEIRO SEMESTRE

SOCIOLOGIA RURAL E VALORES CULTURAIS NA AGROPECUÁRIA

Objetivo Geral

Desenvolver no aluno uma postura crítica sobre sociedade e sobre o próprio sujeito, com vistas à responsabilidade como cidadão(ã) crítico(a) e criativo(a).

Ementas

Introdução à Sociologia. A questão agrária no Brasil contemporâneo. A formação e o desenvolvimento da sociedade rural brasileira e catarinense A ocupação das terras na região sul. Agronegócio. A agricultura familiar. Tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade. Gênero e agricultura familiar. Ruralidades. Temas transversais: processo de envelhecimento; educação em direitos humanos.

Básica:

- ADMINISTRAÇÃO da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores. 3ª ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005. 221p.
- ALMEIDA, J.; LAMARCHE, H. (Org.). A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 214p.
- AUED, B.W.; PAULOLO, M.I.S. (Org.). Agricultura familiar. Florianópolis: Insular, 2004. 325 p.

Complementar:

- ABRAMOVAY, R. Juventude e agricultura familiar: desafios nos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998. 101p.
- SANTANA, M.A.; RAMALHO, J.R. Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 62p.
- SANTILLI, J. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009. 519 p.
- SILVESTRO, M. L. Os impasses sociais da sucessão hereditária na Agricultura Familiar. Florianópolis: Brasília: 2001. 122p.
- OLINGER, G. Êxodo rural: campo ou cidade. Florianópolis: ACARESC, 1991. 108p.

Referências Bibliográficas

PRIMEIRO SEMESTRE

CÁLCULOS BÁSICOS APLICADOS À AGROPECUÁRIA

Objetivo Geral

Nivelar o conhecimento dos alunos e facilitar os processos de aprendizagem em disciplinas que necessitam de cálculos básicos. Além de capacitar os alunos para interpretar gráficos e tabelas, muito utilizados nesta área.

Ementas

Operações básicas; Unidades de medidas; Formas geométricas; Procedimento de cálculo para volume, área e perímetro; Regra de três simples e composta; Juros e porcentagem; Construção e interpretação de gráficos; Funções do primeiro e segundo grau; Sistemas matemáticos; Raciocínio lógico. Temas transversais: educação alimentar e nutricional.

Referências Bibliográficas

Básicas:

- GIOVANNI, J.R.; BONJORNO, J.R. Matemática: uma nova abordagem. 2ª ed. São Paulo: FTD, 2010. 400p.
- IMENES, L.M.; JAKUBOVIC, J.; LELLIS, M.C. Álgebra. 17ª ed. São Paulo, SP: Atual, 2009. 48p.
- POLYA, G.; ARAUJO, H.L. (Trad). A arte de resolver problemas: um novo aspecto do método matemático. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. vii, 203p.

Complementares:

- DOLCE, O.; POMPEO, J.N. Fundamentos de matemática elementar, 10: geometria espacial, posição e métrica. 6ª ed. São Paulo: Atual, 2005. 440 p.
- DANTE, L.R. Matemática: contexto e aplicações: volume único: ensino médio. 3ª ed. São Paulo, SP: Ática, 2010. 736p.
- GRANDO, C.M. Sistema de numeração e operações. Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2006. 50p.
- IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar 6: complexos, polinômios e equações. 7ª ed. São Paulo: Atual, 2005. 250 p.
- KUENZER, A.Z. (Org.). Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. 248p.

PRIMEIRO SEMESTRE

JARDINAGEM E PAISAGISMO

Objetivo Geral

Conhecer as principais práticas relacionadas à atividade de jardinagem e paisagismo, assim como a teoria e conceitos que permeiam esta atividade. Tendo como base os conhecimentos científicos e tecnológicos o futuro profissional será capaz de realizar com competência essa atividade tão promissora no Brasil.

Ementas

Formas de propagação de plantas; Plantas e estações do ano, crescimento e florescimento; Influência da Temperatura, umidade e fotoperíodo, crescimento e florescimento; Preparo de canteiros, jardins e vasos; Função e tipos de parques e jardins; Paisagem rural, questões culturais, sociais e ambientais; Paisagem e a vida rural, subsistência e beleza; Diferenciação da paisagem rural; Ambiente rural e produção; Multifuncionalidade do ambiente rural; Noções de Turismo rural, espaços e funções. Temas transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação ambiental.

Básicas:

- BARBOSA, J.G.; LOPES, L.C. Propagação de plantas ornamentais. Viçosa: UFV, 2007. 183 p.
- FABICHAK, I. Pomar e horta caseiros. São Paulo: Nobel, 2005. 141 p.
- GREENWOOD, P. O livro definitivo de dicas & sugestões de jardinagem. São Paulo: Nobel, 1998. 192 p.

Complementares:

- COMPTON, J. Plantas para casa. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970. 157p.
- FLORES da primavera. São Paulo: Europa, 2009. 161 p.
- FLORES de verão. São Paulo: Europa, 2009. 137 p.
- FLORES de inverno. São Paulo: Europa, 2009. 137 p.
- KÄMPF, A. N.; COSTA, G.J.C. Produção comercial de plantas ornamentais. 2ª ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. 254p.
- ROMAHN, V. Enciclopédia ilustrada 1001 plantas & flores. São Paulo, SP: Europa, 2008. 400 p.
- SOUZA, V.C.; LORENZI, H. Botânica sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II. 2ª ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2008. 704 p.
- TUPIASSÚ, A. Da planta ao jardim: um guia fundamental para jardineiros, amadores e profissionais. São Paulo: Nobel, 2008. 156 p.

Referências Bibliográficas

PRIMEIRO SEMESTRE

PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Objetivo Geral

Desenvolver competências de leitura e produção de textos. Propiciar situações que permitam ao aluno rever e refletir sobre seu próprio trabalho, exercitando atividades de análise, crítica e reelaboração de textos de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.

Ementas

Práticas de leitura e produção de textos informativos e técnicos. Normas da ABNT; Tópicos gramaticais básicos; Ortografia e dificuldades no uso da língua. Reforma ortográfica. Tipologia textual: narração, descrição e dissertação. Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básicas:

- CEGALLA, D.P. Dicionário de dificuldades da língua portuguesa: edição de bolso revista e ampliada de acordo com a nova ortografia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon; Porto Alegre: L&PM Pocket Mangá, 2012. 460p.
- CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. Nova gramática do português contemporâneo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Ed. Digital, 2008. 762p.
- FARACO, C.A. Oficina de texto. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 319p.

Complementares:

- BASTOS, L.R. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. xii, 222p.
- BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. Correspondência: linguagem e comunicação: oficial, empresarial, particular. 24ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011. 341p.
- SAVIOLI, F. P. e FIORIN, J. L. Para entender o texto (leitura e redação). 16ª ed. São Paulo: Ática, 2003.
- RYAN, M.A.F.C. Conjugação dos verbos em português: prático e eficiente. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1988. 176p.
- Revistas técnicas na área da Agropecuária

PRIMEIRO SEMESTRE

DEFESA FITOSSANITÁRIA

Objetivo Geral

Apresentar ao aluno do curso Técnico em Agropecuária a importância da defesa fitossanitária para as atividades agropecuárias e a ampla aplicação e problemas advindos do possível erro do uso de agroquímicos.

Ementas

Princípios de controle de pragas em plantas; triângulo da doença; métodos de previsão de problemas fitossanitários; método integrado de controle de pragas; segurança e tecnologia de aplicação de agroquímicos; métodos alternativos de controle de pragas; legislação vigente. Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Básicas:

- ANDREI, E. Compêndio de defensivos agrícolas. 6ª ed. São Paulo:Andrei. 2004.
- BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIN, L. Manual de Fitopatologia – Vol I: princípios e conceitos. 3ª ed. São Paulo:Ceres, 1995. 919p.
- BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIN, L. Manual de Fitopatologia – Vol II: doenças de plantas cultivadas. 3ª ed. São Paulo:Ceres, 1997. 774p.

Complementares:

Referências Bibliográficas

- BUZZI, Z. J. Entomologia didática. Curitiba:UFPR. (livro texto da disciplina).
- GALLO, D.; NAKANO, O.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R. P. L.; BATISTA, G. C.; BERTI FILHO, E.; PARRA, J. R. P.; ZUCCHI, R. A.; ALVES, S. B.; VENDRAMIN, J. D.; MARCHINI, L. C.; LOPES, J. R. S.; OMOTO, C. Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002. 920 p
- KISSMANN, K. G. Plantas infestantes e nocivas. 2ª ed, BASF, 1997.
- LORENZI, H. Manual de identificação e de controle de plantas daninhas. 5ª ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2000.
- LORENZI, H. Plantas Daninhas do Brasil. 3ª ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum. 2000.
- DEPARTAMENTO DE DEFESA E INSPEÇÃO VEGETAL. Compêndio de defensivos agrícolas: guia prático de produtos fitossanitários para uso agrícola. São Paulo:Andrei, 2005. 1142 p.

SEGUNDO SEMESTRE

OLERICULTURA I

Objetivo Geral

Capacitar o futuro profissional técnico em Agropecuária para atuar na área de Olericultura, consciente e apto a orientar tecnicamente o produtor rural e auxiliá-lo nas tomadas de decisões, no intuito de maximizar a produção, aumentar a renda e minimizar os impactos ambientais dessa exploração agrícola.

Ementas

Introdução à olericultura. Origem e evolução da olericultura. Origem e classificação botânica das principais espécies produzidas na olericultura. Importância econômica. Fatores climáticos, solo, nutrição, variedades e adubação. Propagação das hortaliças (sexuada, assexuada), germinação, semeadura (direta e indireta), plantio, métodos de produção de mudas, transplante e repicagem. Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básica:

- FILGUEIRA, F.A.R. ABC da olericultura: guia da pequena horta. São Paulo: Agronomica Ceres, 1987. 164 p.
- FILGUEIRA, F.A.R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3ª ed. rev. e ampl. Viçosa:UFV, 2008. 421 p.
- SOUZA, J.L.; RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica. 2ª ed. Viçosa:Aprenda Fácil. 2006. 817p.

Complementar:

- JACIMAR, J. L. Manual de Horticultura Orgânica. Ed. Aprenda Fácil. 2008. 842p.
- INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Produtor de Hortaliças. Fortaleza: Rocha, 2004. 88 p.
- MARTINEZ, H.E.P.; SILVA FILHO, J.B. Introdução ao cultivo Hidropônico de Plantas. Viçosa: UFV, 2006. 111 p.
- TROEH, F.; TROMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do Solo. 6ª ed. São Paulo: Andrei, 2007. 718 p.
- Revistas Científicas (Horticultura Brasileira, Bragantia, Ciência Rural, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Pesquisa Agropecuária Brasileira – PAB, AGROPECUÁRIA CATARINENSE. Florianópolis. EPAGRI. Revista trimestral).

SEGUNDO SEMESTRE

GESTÃO RURAL I

Objetivo Geral

Conhecer os processos de gestão agropecuária e os mecanismos para elaboração de um projeto agropecuário.

Ementas

História e evolução da administração e economia rural. Fatores de produção. Noções de macroeconomia e microeconomia. Noções de Empreendedorismo. Noções de Política agrícola. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Gestão de pessoas, marketing, finanças e produção. Noções de contabilidade rural, legislação tributária, fiscal e trabalhista. Características peculiares do setor agropecuário. Estruturas de mercado. Temas transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básica:

- MARION, J. C.. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda pessoa jurídica. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. 254 p.
- ROSSETTI, J. P.. Introdução à economia. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p.
- SANTOS, G.J. Administração de Custos na Agropecuária. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. 155p.

Complementar:

- BATALHA, M. O. (Coord.). Gestão agroindustrial. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. 770 p.
- CASAROTTO FILHO, N. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio. São Paulo: Atlas, c2008. 248 p.
- CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 8ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 608 p.
- DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, c2012. 260 p
- MENDES, J. T. G. Economia agrícola: princípios básicos e aplicações. 2ª ed. Curitiba: Editora, 1998. XII, 458p.

SEGUNDO SEMESTRE

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Objetivo Geral

Adquirir conhecimentos e habilidades na área de mecanização agrícola, visando otimizar o uso de máquinas e implementos e suas corretas aplicações.

Ementas

Importância da disciplina de mecanização agrícola para a agropecuária; Motores e seus sistemas auxiliares; Tipos de tratores e suas aplicações; Constituição dos tratores agrícolas de rodas; Implementos agrícolas; Manutenção de tratores agrícolas; Combustíveis e lubrificantes; Noções de segurança e operação de tratores; Tração animal, tipo de animais, operação e rendimento; Segurança na operação de máquinas e equipamentos. Temas transversais: educação para o trânsito; educação em direitos humanos.

Referências Bibliográficas

Básica:

- SILVEIRA, G. M. As máquinas para colheita e transporte. São Paulo: Globo, 1991. 184 p.
- SILVEIRA, G. M. O preparo do solo: implementos corretos. Rio de Janeiro: Globo, 1988, 243 p.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS (BRASIL). Manual de uso correto de equipamentos de proteção individual. Campinas: Linea Creativa, 2009. 26 p.

Complementar:

- BERETA, C. C. Tração animal na agricultura. São Paulo: Nobel, 1988. 103p.
- MAZUCHOWSKI, J. Z. Guia de preparo do solo para culturas anuais mecanizadas. Curitiba: ACARPA, 1984. 65 p.
- NUNES, L. F. B. Aração e gradeação a tração mecânica em área terraceada. Brasília, DF: SENAR, 1985. 32 p.
- ROCHA, A. C. Manual do professor de mecânica agrícola. Rio de Janeiro: Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, 1967.
- MACHADO, A. L. T.; REIS, A. V.; MORAES, M. L. B.; ALONÇO, A. S. Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais. Pelotas: UFPEL, 2002. 221 P.

SEGUNDO SEMESTRE

APICULTURA E PISCICULTURA

Objetivo Geral

Reconhecer a biologia, as instalações e o manejo, visando uma exploração racional dos peixes e abelhas. Orientar tecnicamente uma criação racional de apicultura e piscicultura visando à máxima produtividade da atividade aliada a melhor relação custo benefício, sempre buscando respeitar o bem-estar animal e a preservação do meio ambiente.

Ementas

Apicultura: Introdução à apicultura; Morfologia, reprodução e biologia das abelhas; Povoamento de apiários; Instalações e equipamentos em apicultura; Manejo e sanidade das abelhas; Produtos elaborados pelas abelhas e polinização; Higiene e profilaxia em apicultura; Alimentos e alimentação das abelhas.

Piscicultura: Conhecimentos básicos de limnologia; Instalações em piscicultura; Conhecimentos de ictiologia; Sistemas criatórios em piscicultura; Manejo em piscicultura; Sanidade em piscicultura; Manejo nutricional. Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Básica:

- COUTO, R.H.N.; COUTO, L.A. Apicultura: manejo e produtos. 3ª ed. rev. atual. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 193 p.
- GARUTTI, V. Piscicultura ecológica. São Paulo: Funep, 2003. 332p.
- PISCICULTURA em tanques-rede. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 120 p (Coleção criar, 6).
- SANTANA, C. N.; MARTINS, M. A. S.; ALVES, R. M. O. Criação de abelhas para produção de mel. Brasília, DF: SENAR, 2004. 135 p.

Complementar:

- BALDISSEROTTO, B. Fisiologia de peixes aplicada à piscicultura. 2ª ed. rev. e ampl. Santa Maria:UFSM, 2009. 350 p.
- BALDISSEROTTO, B.; RADÜNZ NETO, J. Criação de jundiá. Santa Maria: UFSM, 2004. 232 p.
- CYRINO, J. E. P.; KUBITZA, F. Piscicultura. Cuiabá: SEBRAE/MT, 1996. 82 p. (Coleção agroindústria; 8)
- COSTA, P. S. C.; OLIVEIRA, J. S. Manual prático de criação de abelhas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005. 424p.
- ITAGIBA, M. G. O. R. Noções básicas sobre a criação de abelhas: instalação de um apiário, métodos de criação, colheita e extração do mel, polinização. São Paulo: Nobel, 1997. 110p.
- RASGUIDO, J. E. A.; RASGUIDO, J. E. A. Criação de tilápias em tanques-rede. Viçosa, MG: CPT, 2003. 168 [24] p.+ 1 DVD (71 min).
- TAUTZ, J. O fenômeno das abelhas. Porto Alegre: Artmed, 2010. 288 p.
- WIESE, H. Apicultura: novos tempos. 2ª ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. 378p.

Referências Bibliográficas

SEGUNDO SEMESTRE

MEIO AMBIENTE, USO E CONSERVAÇÃO DE ÁGUA E SOLO

Objetivo Geral

Possibilitar uma visão sistêmica do meio ambiente, recursos naturais interagindo com o desenvolvimento, possibilitando a opção por definições que possibilitem atingir o desenvolvimento sustentável integral e proporcionar uma visão conservacionista de solo e água, partindo do entendimento das bacias hidrográficas e sua importância como unidade conservacionista, chegando às práticas de conservação de solo e água na propriedade.

Ementas

Recursos Naturais e biodiversidade; natureza e conservação dos recursos naturais; evolução da agricultura; fronteiras da exploração agropecuária; crises e poluição ambiental; princípios básicos de Legislação ambiental Federal e Estadual; conceitos e bases do desenvolvimento rural sustentável. Bacias Hidrográficas (definições, delimitações, função); Erosão e Noções de Conservação de solos; práticas conservacionistas, Responsabilidade social do produtor rural. Temas transversais: educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básica:

- BARBIERI, J.C. Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos. São Paulo: Saraiva. 2ª ed. 2007.
- BRASIL. Lei nº 12.727 de 17 de outubro de 2012. Disponível no http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.htm. Acessado em 10/12/2012.
- BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Disponível no http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acessado em 10/12/2013.
- PRADO, R.B.; TURETTA, A.P.D.; ANDRADE, A.G. Manejo e Conservação do Solo e da Água no Contexto das mudanças ambientais. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010.
- PRUSKI, F.F. Conservação de Solo e Água:- práticas mecânicas para o controle da Erosão Hídrica. 2ª ed., atual. e ampl.. Viçosa:UFV, 2009.
- SANTA CATARINA. Lei nº 14.675 de 13 de abril de 2009. Disponível no http://www.sc.gov.br/downloads/Lei_14675.pdf . Acessado em 04/03/2010. Acessado em 04/03/2010.

Complementar:

- BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo. São Paulo:Ícone, 6ª ed., 2008.
- ANDRADE, R.O.B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A.B. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books. 2ª ed.rev.ampl., 2002.
- BARBIERI, J.C.. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. PETRÓPOLIS: Vozes. 3ª ed., 2000.
- BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do Solo. São Paulo:Ícone, 6ª ed., 2008.
- WHITE, R. E. Princípios e Práticas da Ciência do Solo. São Paulo: Andrei, 4ª ed., 2010.

SEGUNDO SEMESTRE

AVICULTURA

Objetivo Geral

Capacitar os estudantes para orientar avicultores quanto aos aspectos de manejo e produção de frangos de corte e galinhas de postura. Conhecer os diferentes sistemas de produção, planejar, organizar e orientar desde a construção de aviários até a comercialização das aves.

Ementas

Introdução à Avicultura; Raças e Linhagens; Instalações e equipamentos; Manejo da criação nas diferentes fases; Ambiência avícola; Biossegurança em Avicultura; Manejo de dejetos; Manejo de abate; Comercialização; Sistemas alternativos de criação. Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Básica:

- ALBINO, L. F. T. et al. Criação de frango e galinha caipira: avicultura alternativa. 2ª ed. rev. e ampl. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005. 208p.
- Boas práticas de produção na postura comercial. Concórdia, SC, Embrapa Suínos e Aves, 2006. (Circular Técnica - Embrapa suínos e aves). 49p.
- MORENG, R. E. Ciência e produção de aves. São Paulo, SP: Roca, 1990. 380p.

Complementar:

Referências Bibliográficas

- ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. C. Produção e manejo de frangos de corte. Viçosa:UFV, Série Didática, 2008. 88p.
- COTTA, T. Produção de pintinhos: manual prático. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. 191 p.
- COTTA, T. Galinha: Produção de ovos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. 208 p.
- GONÇALVES, P.B.D. et al. Biotécnicas Aplicadas à Reprodução Animal. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2008.
- Sites:
 - www.abef.com.br
 - www.aviculturaindustrial.com.br
 - www.avisite.com.br
 - www.facta.org.br

SEGUNDO SEMESTRE

TOPOGRAFIA I

Objetivo Geral

Conhecer e utilizar as técnicas necessárias para planejar, orientar e executar o levantamento topográfico planimétrico, dentro das normas vigentes.

Ementas

Conceitos e técnicas de levantamento planimétrico, com a utilização de equipamentos topográficos (teodolito e estação total) que permitam a realização da coleta de informações a campo, e a resolução dos cálculos pertinentes. Topografia (planimetria): introdução à topografia (conceitos). Revisão matemática. Planimetria (escalas, medição de distâncias, medição de direções, orientação, técnicas de levantamentos planimétricos, cálculo de áreas, memorial descritivo). Tecnologia GPS. Temas transversais: educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básica:

- CORREIA, M. S. O manual do topógrafo: tabelas taqueométricas e traçado de curvas. Porto: Lopes da Silva, 1981.
- ESPARTEL, L. Curso de topografia. Porto Alegre: Globo, 1965. 655p.
- VEIGA, L. A. K.; ZANETTI, M. A. Z; FAGGION, P. L. Fundamentos de Topografia. Apostila didática, 2007.

Complementar:

- BORGES, A.C. Exercícios de topografia. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: E. Blucher, c1975. 192p.
- CASACA, J.M.; MATOS, J.L.; DIAS, J.M.B. Topografia geral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2007. 208p.
- FRENCH, T.E.; VIERCK, C. J. Desenho Técnico – Engenharia – Gráficos.
- GOMES, E.; SILVA JUNIOR, L.B. Medindo imóveis rurais com GPS. Brasília: LK, 2001. 136 p.
- MANUAL do técnico florestal: apostilas do Colégio Florestal de Irati. Campo Largo: Colegio Florestal de Irati, 1986.
- MCCORMAC, Jack C. Topografia. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. 391 p.

SEGUNDO SEMESTRE

ORIENTAÇÃO DE ESTÁGIO E DEONTOLOGIA

Objetivo Geral

Fornecer aos alunos os conteúdos necessários para que possam defender o estágio com posicionamento ético, respeitando a legislação profissional vigente, e para que possam elaborar os relatórios desta atividade, observando os preceitos metodológicos, éticos e as normas técnicas. Para que na atuação profissional possam agir como agente transformador da sociedade.

Ementas

Legislações relacionadas à profissão de técnico em agropecuária; importância e responsabilidade da atuação profissional do técnico em agropecuária; conselhos de classe, deontologia e registro profissional – CREA; importância da articulação entre teoria e prática na realização do estágio supervisionado; modelo de relatório de estágio: escrita sobre práticas vivenciadas; comunicação escrita e verbal; normas sobre a apresentação do relatório de estágio; ética nas relações com o orientador, supervisor e demais colegas durante a realização do estágio; normas de elaboração de trabalhos e textos científicos; noções sobre a ABNT. Temas transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação em direitos humanos.

Referências Bibliográficas

Básica:

- ALVES, R. Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e suas regras. 16ª ed. São Paulo: Loyola, 2011. 238 p.
- BRASIL, Decreto 4.560, 30 de dezembro de 2002. Altera o Decreto no 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei no 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4560.htm. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.
- _____, Decreto 90.922, 6 de fevereiro de 1985. Regulamenta a Lei no 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d90922.htm. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.
- _____, Lei 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5524.htm. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

Complementar:

- AQUINO, I. S. Como falar em encontros científicos: do seminário em sala de aula a congressos internacionais. São Paulo: Saraiva, 2010. 110p.
- AZEVEDO, C. B. Metodologia científica ao alcance de todos. Petrópolis: Manole, 13ª ed., 2004. 117p.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. 314p.
- LODI, L. H. Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007. 84 p.
- POLITO, R. Como falar corretamente e sem inibições. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 312p.

TERCEIRO SEMESTRE

OLERICULTURA II

Objetivo Geral

Capacitar o futuro profissional técnico em Agropecuária para atuar na área de Olericultura, consciente e apto a orientar tecnicamente o produtor rural e auxiliá-lo nas tomadas de decisões, no intuito de maximizar a produção, aumentar a renda e minimizar os impactos ambientais dessa exploração agrícola.

Ementas

Cultivo comercial de hortaliças herbáceas, de bulbo, de fruto, tuberosas e condimentares; Cultivo em ambiente protegido; Colheita e manejo pós-colheita; Cultivo Orgânico de Hortaliças; Manejo integrado de Pragas. Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básica:

- FILGUEIRA, F.A.R. ABC da olericultura: guia da pequena horta. São Paulo: Agronomica Ceres, 1987. 164 p.
- FILGUEIRA, F.A.R. Manual de olericultura: cultura e comercialização de hortaliças. 2ª ed. ampl. e rev. São Paulo: Agronomica Ceres, 1981.
- SOUZA, J.L. RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica. 2ª ed. atual. ampl., Viçosa: Aprenda Fácil. 817p.

Complementar:

- ALBERONI, R.B. Hidroponia: como instalar e manejar o plantio de hortaliças dispensando o uso do solo. São Paulo: Nobel, 2004. 102p.
- ANDRIOLO, J.L. Olericultura geral: princípios e técnicas. Santa Maria: UFSM, 2002. 158 p.
- CLEMENTE, F.M.V.T.; HABER, L.L.(Ed.). Horta em pequenos espaços. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 56 p.
- FILGUEIRA, F.A.R. Manual de olericultura: cultura e comercialização de hortaliças. 2ª ed. ampl. e rev. São Paulo: Agronomica Ceres, 1981. 2v.
- HENZ, G.P.; ALCANTARA, F.A.; RESENDE, F.V. Coleção 500 perguntas e 500 respostas ex.1 - Produção orgânica de hortaliças. O produtor pergunta, a Embrapa responde. Editora Embrapa Informação Tecnológica. Brasília DF, 2007. 308p.
- TORRES, M.A.P.; TORRES, P.G.V. Guia do horticultor: faça você mesmo sua horta para grandes ou pequenos espaços. Porto Alegre: Rígel, 2009. 200p.

TERCEIRO SEMESTRE

FRUTICULTURA I

Objetivo Geral

Oportunizar aos estudantes o conhecimento, a compreensão e a adaptação dos fundamentos teóricos e práticos da exploração de espécies frutíferas. - Possibilitar ao aluno conhecimento de todas as etapas do cultivo de plantas frutíferas; - Conhecer e aplicar os fatores de produção das espécies frutíferas de expressão econômica; - Apresentar noções de manejo de plantas para as diferentes fruteiras.

Ementas

Introdução sobre fruticultura importância econômica, alimentar, produção, consumo, importação, exportação (problemas e oportunidades); Conceitos gerais em fruticultura; Propagação de mudas frutíferas; Planejamento e implantação de pomares; Condução de plantas frutíferas; Manipulação da frutificação e crescimento de plantas frutíferas. Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Básica:

- FACHINELLO, J.C.; HOFFMANN, A.; COSTA NACHTIGAL, J. Propagação de Plantas Frutíferas. Brasília: Embrapa, 2005.
- FACHINELLO, J.C.; NACHTIGAL, J.C.; KERSTEN, E. Fruticultura, fundamentos e práticas. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 1996. 311p
- GOMES, R.P. Fruticultura Brasileira. 6ª ed. São Paulo: Nobel, 1980.

Complementar:

- ANTUNES, L.E.C. (Ed.). Pequenas frutas: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 194 p. (Coleção 500 Perguntas, 500 respostas).
- CHAVARRIA, G.; SANTOS, H.P.(Ed.). Fruticultura em ambiente protegido. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 278p.
- FACHINELLO, J. C.; HERTER, F. G. Normas para produção integrada de frutas de caroço (PIFC). Pelotas: Ed. EMBRAPA - Clima Temperado, 2001. 46p.
- MANICA, I.; ICUMA, I.M.; JUNQUEIRA, K.P.; JUNQUEIRA, N.T.V. Pomar doméstico-caseiro-familiar: frutas de primeira qualidade na família 365 dias do ano. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2006. 112p.
- MANICA, I. Fruticultura em áreas urbanas: arborização com plantas frutíferas, o pomar doméstico, fruticultura comercial. Porto Alegre:Cinco Continentes, 1997. 154 p.

Referências Bibliográficas

TERCEIRO SEMESTRE

SILVICULTURA I

Objetivo Geral

Incentivar os estudantes a desenvolverem uma visão crítica sobre a Silvicultura, o Manejo de Florestas Plantadas e Naturais, Sistemas Agroflorestais, e conscientizá-los sobre a utilização racional dos recursos florestais para o desenvolvimento social.

Ementas

Histórico da Silvicultura; Importância social, econômica e ambiental da Silvicultura; Dendrometria; Coleta de sementes, produção de mudas, implantação de viveiros florestais; Introdução à implantação, manejo e exploração econômica de eucalipto e pinus; Sistemas agrosilviculturais. Temas transversais: educação ambiental.

Básica:

- GALVÃO, A.P.M. Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 351p.
- SOARES, C.P.B. Dendrometria e inventário florestal. Viçosa: UFV, 2010. 276p.
- SISTEMAS agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006. 365 p.

Complementar:

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, C.A. Manual da Cultura do Eucalipto e Pinus. Viçosa: AgroJuris. 2009. 156 p.
- CARVALHO, P. E. R. Espécies Arbóreas Brasileiras, Vol 1. 2003. E. EMBRAPA.
- LORENZI, H. Árvores brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil – vol 1. 4ª ed. São Paulo: Instituto Plantarum, 2002. 368p.
- LORENZI, H. Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil – vol 2. 2ª ed. São Paulo: Instituto Plantarum, 2002. 368p.
- MARTINS, S.V. Recuperação de matas ciliares. 2ª ed. rev. e ampl. Viçosa: Aprenda Fácil, 2007. 255p.

TERCEIRO SEMESTRE

CULTURAS ANUAIS I

Objetivo Geral

Capacitar o futuro profissional técnico para atuar na área de culturas anuais consciente e apto a orientar tecnicamente a produção agrícola, tomando decisões para maximizar a produção, obter bons índices de produtividade, minimizando as perdas ocasionadas por agentes bióticos, abióticos e de clima.

Ementas

Culturas de inverno: (trigo, aveia, cevada, canola); Importância econômica; Origem e difusão; Classificação botânica; Fatores de produtividade (solo, cultivares, densidade de plantio, nutrição, fitossanidade, mecanização, condições edafoclimáticas exigidas, tratos culturais, colheita, armazenamento, processamento e transporte e pós-colheita). Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Básica:

- CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. Ecofisiologia de cultivos anuais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca. Rio de Janeiro: Nobel, 1999. 126p.
- OSÓRIO, E.A. A cultura do trigo. São Paulo: Globo, 1992. 218p. (Coleção do agricultor ; grãos).
- TRIGO: do plantio à colheita. Viçosa:UFV, 2015. 260p.

Complementar:

- BAIER, A.C.; FLOSS, E.L.; AUDE, M.I.S. As lavouras de Inverno-1: aveia, triticale, centeio, alpiste, colza. 2ª Ed. São Paulo: Globo, c1988. 172p. (Coleção do agricultor.).
- BALDANZI, A. As lavouras de inverno 2: cevada, tremoço, linho, lentilha.. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 184 p. (Coleção do agricultor. Sul Publicações Globo Rural).
- FLOSS, E.L. A Cultura da Aveia. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo - Biblioteca Central - Hemeroteca, 1982. 51 p. (Boletim técnico, n. 01).
- GASSEN, D.N.. Insetos associados à cultura do trigo no Brasil. Passo Fundo: EMBRAPA, CNPT, 1984. 39 p. (Circular Técnica (Embrapa Trigo) ; 3.).
- MALAVOLTA, E. Manual de calagem e adubação das principais culturas. São Paulo: Agronômica Ceres, 1987. 496 p. (Ceres; 36).
- MEHTA, Y.P. Doenças do trigo e seu controle. São Paulo: Agronômica Ceres: Summa Phytopathologica, 1978. 190 p.
- SÁ, J.P.G. Utilização da aveia na alimentação animal. Londrina: IAPAR, 1995. 19 p. (IAPAR. Circular ; 87).
- TECNOLOGIA, para a produção de canola no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EMBRAPA, 2009. 88 p. (Documentos 92).

Referências Bibliográficas

TERCEIRO SEMESTRE

CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES RURAIS

Objetivo Geral

Adquirir conhecimentos e habilidades para planejar e executar projetos de construção e manutenção de edificações rurais.

Ementas

Conceitos e características das construções e instalações rurais; Importância da disciplina no curso técnico em agropecuária; Materiais utilizados nas edificações rurais; Resistência de materiais; Elementos de construção; Cálculo de material para construções; Fundações; Uso de madeira nas construções rurais; Principais instalações rurais; Planejamento de uma obra; Noções de desenho técnico; Orçamento; Memorial descritivo. Temas transversais: educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básica:

- BAÊTA, F.C.; SOUZA, C.F. Ambiência em edificações rurais: Conforto animal. 2ª ed. Viçosa: UFV, 2010. 269p.
- FABICHAK, I.N. Pequenas construções rurais. 1ª ed. reimp. São Paulo: Nobel, 1983. 129p.
- PEREIRA, M. F. Construções rurais: 1ª ed. reimp. São Paulo, Nobel. 1986. 330p.

Complementar:

- CARNEIRO, O. Construções rurais. São Paulo:Nobel, 1984. 719p.
- CHAVES, R. Manual de Construções, 1. ed. reimp. São Paulo:Nobel. 2011. 330p.
- ROCHA, J. L. V.; ROCHA, L. A. R. Guia do técnico agropecuário: construções e instalações rurais. Campinas-SP: Instituto Campineiro de Ensino agrícola, 1982, 158p.
- LAZZARINI NETO, S. Instalações e benfeitorias. 2ª ed. São Paulo: Aprenda Fácil, 200. 110p.
- SOUZA, J. L. M. Manual de construções rurais. Curitiba:DETR, 1997. 161p.

TERCEIRO SEMESTRE

TOPOGRAFIA II

Objetivo Geral

Conhecer e utilizar as técnicas e equipamentos necessárias para planejar, orientar e executar o levantamento topográfico altimétrico e planialtimétrico, bem como a elaboração de mapas e plantas topográficas dentro das normas vigentes.

Ementas

Conceitos e técnicas de levantamento topográfico altimétrico, planialtimétrico e desenho técnico; Utilização de equipamentos topográficos (teodolito, estação total e nível) que permitam a realização da coleta de informações a campo e a resolução dos cálculos pertinentes. Topografia (altimetria-planialtimetria): conceitos. Altimetria (nivelamento geométrico, nivelamento trigonométrico, perfil longitudinal, curvas de nível, técnicas de levantamentos altimétricos e planialtimétrico, cálculos. Desenho técnico: introdução, conceitos, representação gráfica na planimetria, altimetria e planialtimetria (traçado das curvas de nível); Tecnologia GPS (altimetria). Temas transversais: educação ambiental.

Básica:

- CORREIA, M. S. O manual do topógrafo: tabelas taqueométricas e traçado de curvas. Porto: Lopes da Silva, 1981.
- ESPARTEL, L. Curso de topografia. Porto Alegre: Globo, 1965. 655p.
- VEIGA, L. A. K.; ZANETTI, M. A. Z; FAGGION, P. L. Fundamentos de Topografia. Apostila didática, 2007.

Complementar:

- BORGES, A.C. Exercícios de topografia. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 1975. 192 p.
- CASACA, J.M.; MATOS, J.L.; DIAS, J.M.B. Topografia geral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2007. 208 p.
- FRENCH, T.E.; VIERCK, C. J. Desenho Técnico - Engenharia - Gráficos.
- GOMES, E.; SILVA JUNIOR, L.B. Medindo imóveis rurais com GPS. Brasília: LK, 2001. 136 p.
- MANUAL do técnico florestal: apostilas do Colégio Florestal de Irati. Campo Largo: Colegio Florestal de Irati, 1986. 4v.
- MCCORMAC, J.C. Topografia. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. 391 p.

Referências Bibliográficas

TERCEIRO SEMESTRE

SUINOCULTURA

Objetivo Geral

Proporcionar conhecimentos ao discente para atuação na área de Suinocultura como profissional consciente e apto a orientar tecnicamente uma criação racional de suínos, para maximizar a produção, obter bons índices de produtividade e minimizar os impactos nos recursos naturais.

Ementas

Introdução à Suinocultura; Sistemas de criação Raças e linhagens; Melhoramento genético; Instalações e equipamentos; manejo dos reprodutores; manejo da matriz gestante, maternidade, creche, crescimento e terminação; Ambiência; Biossegurança; Manejo de dejetos; Manejo de abate. Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Básica:

- AMARAL, A.L. Boas práticas de produção de suínos. Concórdia, SC: Embrapa, 2006. 60 p. (Circular técnica, 50).
- SOBESTIANSKY, J. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília, DF: EMBRAPA, SPI, 1998. 388p.
- SEGANFREDO, M.A. Gestão ambiental na suinocultura. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 302p.

Complementar:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE SUÍNOS. Produção de suínos: teoria e prática. 1ª ed. Brasília:ABCS, 2014. 908p. Disponível em: http://www.abcs.org.br/attachments/-01_Livro_producao_bloq.pdf. Acesso em 20 set 2016.
- Manual Brasileiro de Boas Práticas Agropecuárias na Produção de Suínos/Revisão técnica Armando Lopes do Amaral ... [et al.] . – Brasília:ABCS; MAPA; Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011. 140p. Disponível em: <http://www.abcs.org.br/images/stories/pdf/manual-boas-praticas-suino-web.pdf>. Acesso em 18 set 2016.
- CARAMORI Jr., J. G.; SILVA, A. B. Manejo de Leitões: Da Maternidade à Terminação. Brasília:Editora LK, 2006.
- GODINHO, J.F. Suinocultura: tecnologia e viabilidade econômica. 2ª ed.-rev. São Paulo: Nobel, 1983. 323p.
- REGAZZINI, P.S. Suinocultura: como planejar sua criação. Jaboticabal: FUNEP, 1996. 44p.
- SUINOCULTURA no Alto Uruguai Catarinense: uma década de avanços ambientais. Brasília: Embrapa Suínos e Aves, 2013. 311 p.
- SUÍNOS: o produtor pergunta, a Embrapa responde. 2ª ed. rev. ampl. Brasília: Embrapa-SPI, 1998. 243 p. (500 perguntas 500 respostas). Disponível em: <<http://mais500p500r.sct.embrapa.br/view/pdfs/90000029-ebook-pdf.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

Referências Bibliográficas

TERCEIRO SEMESTRE

FORRAGICULTURA I

Objetivo Geral

Proporcionar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos sobre a formação de pastagens. Capacitar os estudantes para identificar as principais espécies forrageiras, tanto gramíneas quanto leguminosas e utilizá-las de forma correta.

Ementas

Revisão dos conhecimentos de botânica; Pastagens no Brasil; Principais espécies forrageiras e suas características; Formação de pastagens; Uso estratégico de práticas de conservação de forragem. Temas transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básica:

- BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. 6ª ed. São Paulo: Ícone, 2008. 355p. (Coleção Brasil agrícola).
- CUTTER, E.G. Anatomia vegetal. 2ª ed. São Paulo: ROCA, 2002. 2 v.
- MACHADO, L.C.P.; GERALDO, A. Nutrição animal fácil. Bambui: Edição do autor, 2011. 96p.

Complementar:

- ALCÂNTARA, P.B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. São Paulo: Nobel, 1999. 162p.
- BARBOSA, R.A.(Ed). Morte de pastos de braquiárias. Mato Grosso do Sul: Embrapa Gado de Corte, 2006. 206p.
- FORNASIERI FILHO, D. Manual da cultura do milho. Jaboticabal: FUNEP, 2007. 574p.
- NUERNBERG, N.J.; BISSANI, C.A. Adubação e calagem de plantas forrageiras: tecnologias para produção de leite. Florianópolis: Epagri, 1997. 48p. (EPAGRI. Boletim técnico; 89.).
- NUSSIO, L.G.; PENATII, M.A. Guia para produção de silagem. Uberlândia: Sementes Agroceres, 1999. 48p.
- VIDOR, M.A.; DALL'AGNOL, M.; QUADROS, F.L.F. Principais forrageiras para o Planalto de Santa Catarina. 1ª ed. Florianópolis: Epagri, 1997. 51p. (EPAGRI. Boletim técnico; 86).
- WINTER, E.J. A água, o solo e a planta. São Paulo: E.P.U., 1976. 169 p.

TERCEIRO SEMESTRE

GESTÃO RURAL II

Objetivo Geral

Conhecer os processos de gestão agropecuária e os mecanismos para elaboração de um projeto agropecuário.

Ementas

Informações socioeconômicas e tendências de mercado no setor agropecuário. Projetos agropecuários. Custo de produção. Comercialização agrícola. Análise de viabilidade econômica e financeira: cálculo e análise de indicadores. Análise e diagnóstico da unidade de produção. Temas transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação ambiental.

Básica:

- MARION, J.C. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda pessoa jurídica. 12ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 2010. 254 p.
- ROSSETTI, J.P. Introdução à economia. 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922p.
- SANTOS, G.J. Administração de Custos na Agropecuária. 4ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 2009. 155p.

Complementar:

Referências Bibliográficas

- BATALHA, M.O. (Coord.). Gestão agroindustrial. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. 770 p.
- CASAROTTO FILHO, N. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio. São Paulo: Atlas, c2008. 248 p.
- CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 8ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 608 p.
- DORNELAS, J.C.A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, c2012. 260 p
- MENDES, J.T.G. Economia agrícola: princípios básicos e aplicações. 2ª ed. Curitiba: Editora, 1998. XII, 458p.

QUARTO SEMESTRE

CULTURAS ANUAIS II

Objetivo Geral

Capacitar o futuro profissional técnico para atuar na área de culturas anuais consciente e apto a orientar tecnicamente a produção agrícola, tomando decisões para maximizar a produção, obter bons índices de produtividade, minimizando as perdas ocasionadas por agentes bióticos, abióticos e de clima.

Ementas

Cultivos de verão: de interesse regional (culturas de verão, milho, soja, feijão, algodão). Importância econômica. Origem e difusão. Classificação botânica. Fatores de produtividade (solo, cultivares, densidade de plantio, nutrição, fitossanidade, mecanização, condições edafoclimáticas exigidas, tratos culturais, colheita, armazenamento, processamento e transporte e pós-colheita). Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básica:

- ALGODÃO: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2014. 312 p.
- CRUZ, José Carlos (Ed. et al.). Milho: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 338 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas)
- FEIJÃO: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 384 p.
- SOJA: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 333 p.

Complementar:

- CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. Ecofisiologia de cultivos anuais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca. Rio de Janeiro: Nobel, 1999. 126p.
- EMBRAPA ALGODÃO. Algodão: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 265 p. (500 perguntas 500 respostas). Disponível em: <<http://mais500p500r.sct.embrapa.br/view/pdfs/90000001-ebook-pdf.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2015.
- EMBRAPA MILHO E SOJA. Milho para silagem: tecnologias, sistemas e custo de produção. Sete Lagoas: EMBRAPA/CNPMS, 1991. 85 p. (EMBRAPA-CNPMS Circular técnica 14).
- MALAVOLTA, E. Manual de calagem e adubação das principais culturas. São Paulo: Agronômica Ceres, 1987. 496 p. (Ceres; 36).
- MOREIRA, J.A.A.; STONE, L.F.; BIAVA, M.(Ed.). Feijão: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 203 p. (500 perguntas, 500 respostas).

QUARTO SEMESTRE

SILVICULTURA II

Objetivo Geral

Incentivar os estudantes a desenvolverem uma visão crítica sobre a Silvicultura, o Manejo de Florestas Plantadas e Naturais, Sistemas Agroflorestais.

Ementas

Implantação e manejo de florestas plantadas; Sistemas agroflorestais; dinâmica de florestas naturais; Métodos de mensuração e exploração dos produtos silviculturais; Silvicultura urbana. Temas transversais: educação ambiental.

Básica:

- GALVÃO, A.P.M. Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 351 p.
- SOARES, C.P.B. 1968. Dendrometria e inventário florestal. Viçosa: UFV, 2010. 276p.
- SISTEMAS agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006. 365 p.

Complementar:

- BARBOSA, C.A. Manual da Cultura do Eucalipto e Pinus. Viçosa: AgroJuris. 2009. 156 p.
- CARVALHO, P. E. R. Espécies Arbóreas Brasileiras, Vol 1. 2003. E. EMBRAPA.
- LORENZI, H. Árvores brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil - vol 1. 4ª ed. São Paulo: Instituto Plantarum, 2002. 368p.
- LORENZI, H. Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil - vol 2. 2ª ed. São Paulo: Instituto Plantarum, 2002. 368p.
- MARTINS, S.V. Recuperação de matas ciliares. 2ª ed. rev. e ampl. Viçosa: Aprenda Fácil, 2007. 255p.

Referências Bibliográficas

QUARTO SEMESTRE

BOVINOCULTURA DE CORTE E LEITE

Objetivo Geral

Orientar tecnicamente uma criação racional de bovinos, visando à máxima produtividade da atividade, aliada a melhor relação de custo-benefício, sempre buscando respeitar o bem-estar animal e a preservação do meio ambiente.

Ementas

Introdução ao estudo da bovinocultura de leite e corte; Cadeia econômica produtiva; Condições essenciais à produção de leite e carne; Raças bovinas; Anatomia e fisiologia da lactação, reprodução e digestão; Alimentos e alimentação de bovinos; Manejo de bovinos geral, por categoria e sanitário; Melhoramento animal aplicado à bovinocultura; Sistemas produtivos em bovinocultura de corte e leite; Higiene e profilaxia em bovinocultura. Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básica:

- GONÇALVES, P.B.D.; FIGUEIREDO, J.R.; FREITAS, V.J.F. Biotécnicas aplicadas à reprodução animal. 2ª ed. São Paulo:ROCA, 2008. 395 p.
- PEIXOTO, A.M.; MOURA, J.C.; FARIA, V.P. Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional. 3ª ed. Piracicaba: FEALQ, 2000. 580p.
- REECE, W.O. Anatomia funcional e fisiologia dos animais domésticos. 3ª ed. São Paulo: ROCA, 2008. xi, 468 p.

Complementar:

- AGOSTINI, I. Economia na atividade leiteira: tecnologias para produção de leite. Florianópolis: Epagri, 1997. 52 p. (EPAGRI. Boletim técnico. 84).
- ALMEIDA, R.F.C.; SOARES, C.O.; ARAÚJO, F.R.(Ed.). Brucelose e tuberculose bovina: epidemiologia, controle e diagnóstico. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 94 p.
- ANDRIGUETTO, J. M. Nutrição animal: alimentação animal (nutrição animal aplicada). Volume 2, São Paulo: Nobel. 425 p.
- LEDIC, I. L. Manual de bovinotecnia leiteira: alimentos: produção e fornecimento. 2ª ed. São Paulo (SP): Varela, 2002. 160 p.
- LOPES, M.A.; VIEIRA, P.F. Criação de bezerros leiteiros. Jaboticabal: FUNEP, 1998. 69p.
- PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. Confinamento de bovinos de corte. Piracicaba: FEALQ, 2000. 150 p.

QUARTO SEMESTRE

AGROINDÚSTRIA

Objetivo Geral

Repassar aos alunos a possibilidade e viabilidade da atividade agroindustrial familiar, uma vez que, nesta etapa já obtiveram o conhecimento das diversas atividades de produção, tanto animal como vegetal. O aluno egresso do curso poderá planejar, organizar, direcionar e controlar as atividades por ele desempenhadas, agregando valor aos produtos oriundos da propriedade rural. Além de visualizar alternativas para conservar os produtos e comercializa-los nas entre-safras.

Ementas

Composição química dos alimentos; Matérias-primas de origem vegetal e animal; Aditivos intencionais e incidentais; Equipamentos agroindustriais; Boas práticas de armazenamento, manipulação e conservação de matéria-prima e de produtos agroindustriais, métodos e técnicas; Higiene na indústria de alimentos; Defeitos e riscos de contaminação; Processamento de Produtos de origem animal e vegetal; Alterações físico-químicas e microbiológicas; Embalagens para alimentos e Legislação. Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básica:

- COUTO, R.H.N.; COUTO, L.A. Apicultura: manejo e produtos. 3ª ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 193p.
- GERMANO, P. M. L. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. 4ª ed. Barueri: Manole, 2011.
- GOMES, C.; ALVARENGA, A.L.B.; FREIRE JUNIOR, M.; CENCI, S.A. Hortaliças minimamente processadas. Brasília: EMBRAPA INFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS, 2005.
- LOVATEL, J. L.; COSTANZI, A. R.; CAPELLI, R. Processamento de frutas e hortaliças. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. 189p.
- SILVA, D. J.; QUEIROZ, A. C. Análise de Alimentos - Métodos Químicos e Biológicos. 3ª ed., Viçosa: UFV, 2006. 235p.

Complementar:

- COSTA, P. S.; OLIVEIRA, M. O. Processamento de mel puro e composto. Viçosa: CPT, 2003. 147p.
- FORSYTHE, S. J. Microbiologia e segurança alimentar. Porto Alegre: Artemed, 2002. 424p.
- KROLOW, A. C. R. Agroindústria Familiar - Hortaliças em Conserva. Embrapa, 2006. 40p.
- LIMA, U.A. Agroindustrialização de frutas. 2 ed. Piracicaba: FEALQ, 2008.
- MATTA, V. M. Polpa de fruta congelada. Brasília: EMBRAPA Agroindústria de alimentos, 2005.
- SILVA, F. T. Queijo Minas Frescal, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005.
- SILVA, F. T. Queijo Mussarela, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005.
- SILVA, F. T. Queijo Parmesão, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005.
- SILVA, F. T. Queijo Prato, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005.
- TRONCO, V. M. Manual para Inspeção da Qualidade do Leite. Santa Maria: UFSM, 2008. 203p.

QUARTO SEMESTRE

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

Objetivo Geral

Adquirir conhecimentos e habilidades para elaborar e executar projetos de irrigação, bem como manejar corretamente os diferentes sistemas e equipamentos utilizados nessa prática agrícola.

Ementas

Conceitos, histórico e importância da irrigação e drenagem para a agricultura; Vantagens e desvantagens do uso da irrigação; Irrigação por aspersão; Irrigação localizada; Irrigação por superfície; Infiltração de água no solo; Fatores a serem considerados na escolha de um sistema de irrigação; Manejo de irrigação; Dimensionamento do sistema de irrigação; Avaliação dos sistemas de irrigação: teste de uniformidade de água; Drenagem agrícola - Métodos. Temas transversais: educação ambiental.

Referências Bibliográficas

Básica:

- ALBUQUERQUE, P. E. P.; DURÃES, F. O. M. Uso e manejo de irrigação. 1ª ed. Embrapa, 2008.
- BERNARDO, S.; SOARES, A. A.; MONTIVANI, E. C.; Manual de irrigação. 8ª ed. Viçosa: UFV, 2006. 625 p.
- DAKER, A. A água na agricultura: manual de hidráulica agrícola. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1969-1988.

Complementar:

- CRUCIANI, D.E. A Drenagem na Agricultura. São Paulo: Nobel, 1986. 337p.
- FRIZZONE, J. A.; ANDRADE Jr., A. S.; SOUZA, J. L. M.; ZOCOLER, J. L. Planejamento de Irrigação: Análise de Decisão de Investimento. Brasília: Embrapa, 2005.
- MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. Irrigação: Princípios e Métodos. 2ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2007, 358p
- MILLAR, A. A. Drenagens de terras agrícolas. Rio de Janeiro: McGraw – Hill, 1987, 521 p.
- REICHARDT, K. TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole, 2004. 478 p.

QUARTO SEMESTRE

COOPERATIVISMO E EXTENSÃO RURAL

Objetivo Geral

Compreender as características, vantagens e dificuldades do cooperativismo, associativismo e sindicalismo, além de visualizar que tais formas de organização podem ser importantes ferramentas para fomentar a competitividade no meio agropecuário.

Ementas

História do cooperativismo internacional e brasileiro; Conceitos básicos de cooperativismo, associativismo e sindicalismo; Legislação cooperativa; Constituição de cooperativas, sindicatos e associações de produtores; Cooperação agropecuária e suas formas; Problemas e perspectivas do associativismo brasileiro. Histórico e importância social da extensão rural no Brasil; Fundamentos básicos da extensão rural; Métodos de extensão rural; Organização de eventos direcionados para a agricultura; Planejamento da extensão rural; Extensão rural e projetos de geração de emprego e renda no campo. Temas transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação em direitos humanos.

Referências Bibliográficas

Básica:

- ABRANTES, J. Associativismo e Cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- CENZI, N. L. Cooperativismo: Desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema do cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.
- TENÓRIO, F.G. (Coord). Administração de projetos comunitários: uma abordagem prática. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000. 79p.

Complementar:

- BATALHA, M. O. Gestão agroindustrial. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. 770p.
- CASAROTTO FILHO, N. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio. São Paulo: Atlas, c2008. 248p.
- DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, c2012. 260 p.
- EMBRAPA. Como organizar uma associação. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica,
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing. 12ª ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2006. 750 p.

QUARTO SEMESTRE

FRUTICULTURA II

Objetivo Geral

Oportunizar aos estudantes o conhecimento, a compreensão e a adaptação dos fundamentos teóricos e práticos da exploração de espécies frutíferas. - Possibilitar ao aluno conhecimento de todas as etapas do cultivo de plantas frutíferas; Conhecer e aplicar os fatores de produção das espécies frutíferas de expressão econômica; Apresentar noções de manejo de plantas para as diferentes fruteiras.

Ementas

Poda de plantas frutíferas; Raleio de frutas; Manejo de invasoras do pomar; Dormência de plantas frutíferas de clima temperado; Colheita e armazenamento de frutas; Produção integrada de frutas (PIF); Frutíferas da região (Histórico, Botânica, Variedades, Propagação e formação, Tratos culturais, Pragas e doenças, Colheita, Comercialização). Temas transversais: educação alimentar e nutricional; educação ambiental.

Básica:

- FACHINELLO, J.C.; NACHTIGAL, J.C.; KERSTEN, E. Fruticultura, fundamentos e práticas. Pelotas: UFPel, 1996. 311p.
- FACHINELLO, J.C.; HOFFMANN, A.; NACHTIGAL, J.C. Propagação de Plantas Frutíferas. Brasília: Embrapa, 2005. 221p.
- GOMES, R. P. Fruticultura Brasileira. São Paulo: Nobel, 6ª ed., 1980. 446p.

Complementar:

- ANTUNES, L.E.C. (Ed.). Pequenas frutas: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 194p. (Coleção 500 Perguntas, 500 respostas).
- CHAVARRIA, G.; SANTOS, H.P. (Ed.). Fruticultura em ambiente protegido. Brasília: Embrapa, 2012. 278p.
- MANICA, I. Fruticultura em áreas urbanas: arborização com plantas frutíferas, o pomar doméstico, fruticultura comercial. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1997. 154p.
- MANICA, I.; ICUMA, I.M.; JUNQUEIRA, K. P.; JUNQUEIRA, N.T.V. Pomar doméstico-caseiro-familiar: frutas de primeira qualidade na família 365 dias do ano. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2006. 112p.
- MURAYAMA, S. Fruticultura. 2ª. ed. Campinas (SP): Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973. 428p.

Referências Bibliográficas

QUARTO SEMESTRE

FORRAGICULTURA II

Objetivo Geral

Proporcionar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos sobre a formação, manejo e conservação de plantas forrageiras. Mostrar a importância das pastagens e as práticas de manejo racionais que permitam a exploração de forma sustentável.

Ementas

Valor nutritivo de plantas forrageiras; Estabelecimento e manejo de pastagens; Conservação de forragens; Dimensionamento de silos; Cálculo de piquetes para pastejo rotacionado; Estimativa de produção de matéria seca em pastagens. Práticas agrícolas em forragicultura e pastagens. Temas transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; educação ambiental.

Básica:

- BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. 6ª ed. São Paulo: Ícone, 2008. 355 p. (Coleção Brasil agrícola)
- CUTTER, E.G. Anatomia vegetal. 2ª ed. São Paulo: ROCA, 2002. 2 v.
- MACHADO, L.C.P.; GERALDO, A. Nutrição animal fácil. Bambui - MG: Edição do autor, 2011. 96 p.

Complementar:

- ALCÂNTARA, P.B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. São Paulo: Nobel, 1999. 162p.
- BARBOSA, R.A. (Ed). Morte de pastos de braquiárias. Mato Grosso do Sul: Embrapa Gado de Corte, 2006. 206p.
- FORNASIERI FILHO, D. Manual da cultura do milho. Jaboticabal: FUNEP, 2007. 574p.
- NUERNBERG, N.J.; BISSANI, C.A. Adubação e calagem de plantas forrageiras: tecnologias para produção de leite. Florianópolis: Epagri, 1997. 48p. (EPAGRI. Boletim técnico; 89.).
- NUSSIO, L.G.; PENATII, M.A. Guia para produção de silagem. Uberlândia: Sementes Agrocere, 1999. 48p.
- VIDOR, M.A.; DALL'AGNOL, M.; QUADROS, F.L.F. Principais forrageiras para o Planalto de Santa Catarina. 1ª ed. Florianópolis: Epagri, 1997. 51p. (EPAGRI. Boletim técnico; 86).
- WINTER, E.J. A água, o solo e a planta. São Paulo: E.P.U., 1976. 169p.

Referências Bibliográficas

Apêndice VI: Regulamento do Estágio Curricular

O estágio curricular obrigatório está de acordo com: a Resolução nº017/CONSUPER/2013, a Resolução CNE/CEB nº1 de 21 de janeiro de 2004, a Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 e organizado conforme Regulamento de Estágio da Instituição. Tal regulamento é mantido pelo NDB do curso em consonância com o Setor de Estágio da Instituição.

O estágio curricular tem o intuito de proporcionar ao discente a experiência sobre questões do mundo do trabalho profissional, como forma de ensino e aprendizagem.

O Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Agropecuária prevê obrigatoriedade de estágio curricular. Assim, os estudantes deverão realizar 180 horas de estágio curricular obrigatório que deverão ser cumpridas até o término do quarto semestre ano letivo.

O estágio poderá ter jornada de até 30 (trinta) horas semanais, sendo que a jornada diária não deve ser superior a seis horas, nos períodos em que não estejam programadas aulas presenciais.

As situações não previstas serão resolvidas pelo NDB e/ou Colegiado do Curso.

Operacionalização do Estágio

- ✓ O estágio curricular terá uma carga horária de 180 horas que poderá ser iniciada em qualquer área em que o aluno tenha cursado a disciplina que embase os conhecimentos técnicos para o desenvolvimento do estágio.
- ✓ As atividades do estágio deverão ser articuladas conjuntamente entre Docente/Discente/Supervisor, garantindo que as atividades a serem desenvolvidas tenham caráter educativo, em conformidade com a legislação vigente. Devem ser limitadas a, no máximo, quatro áreas, dependendo da orientação do docente.
- ✓ Cada parte assumirá uma responsabilidade frente ao processo que será desenvolvido. O docente observará o desenvolvimento de atividades, de forma que mobilize e auxilie na construção do conhecimento do discente. Este no empenho e dedicação para a execução da proposta, exercitando a interação teoria-prática, para a ampliação de sua visão técnica. O supervisor terá como função de supervisionar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo discente durante o período de realização do estágio.
- ✓ O estágio inicia-se pela articulação do discente com a unidade concedente e o orientador, o discente com a vivência de práticas referentes ao mundo do trabalho, a unidade concedente com o acompanhamento e suporte técnico às atividades realizadas e o orientador acompanhando todo o processo até a elaboração do relatório final do estágio.
- ✓ Os documentos para a operacionalização serão compostos pelo convênio entre a Instituição e a Unidade concedente; termo de estágio, plano de atividades e o

compromisso entre as três partes docente/discente/unidade concedente. Além destes serão necessários: o termo de aceite do docente; os relatórios validados pelo orientador (docente), avaliações periódicas e o relatório final segundo modelo aprovado pelo núcleo docente básico.

- ✓ Todos os procedimentos e documentos acima seguem o Regulamento de Estágio do IFC – Campus Videira e a legislação vigente.

Sistema de Avaliação do Estágio Curricular

- ✓ O sistema de avaliação do estágio curricular será composto por processos avaliativos. O primeiro, realizar-se-á auto avaliação pelo discente (peso 1); o segundo, pela avaliação do supervisor (peso 2) e a terceiro, pelo orientador (peso 2) e o quarto pelo relatório de estágio avaliado pela banca de avaliadores (peso 5). Estas avaliações ocorrerão ao término do período de estágio em períodos não superiores há seis meses. Em caso de o estágio ser realizado no terceiro ano do curso, o mesmo deverá cumprir o calendário letivo.
- ✓ O discente tem o prazo máximo de seis meses após o término das atividades realizadas na concedente do estágio, para entrega do relatório final e defesa mediante banca de avaliadores. A prorrogação desse prazo pode ser solicitada pelo Orientador mediante justificativa.
- ✓ Após a conclusão da carga horária do estágio curricular, há necessidade do discente apresentar um relatório de conclusão do estágio, seguindo o modelo aprovado pelo NDB e seguir os padrões normativos ABNT, com apresentação das atividades desenvolvidas durante o estágio, que será analisado por uma banca de avaliadores, constituindo-se assim a nota final do estágio.